

RAI 2022

FUNDAÇÃO AMPLA DE
SEGURIDADE SOCIAL -
BRASILETROS



CONSTRUINDO
O
FUTURO



Brailetros

AGRADECIMENTOS

CONTRUINDO O FUTURO, hoje.

A Brasiletros agradece a todos, colaboradores, patrocinadores, participantes e assistidos, que compartilham conosco essa jornada em que plantamos diariamente as sementes do amanhã.


Boa leitura!



SUMÁRIO

1	Nossa história	p. 3	11	Política de Investimentos	p. 31
2	Missão, Visão e Valores	p. 4	12	Demonstrações Financeiras	p. 38
3	Mensagem da Diretoria	p. 5	13	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	p. 43
4	Estrutura Organizacional	p. 6	14	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	p. 62
5	Órgãos Estatutários	p. 7	15	Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Financeiras	p. 64
6	Indicadores de Gestão Administrativa - PGA (RES. CNPC 48/2021)	p. 8	16	Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras	p. 64
7	Gestão Estratégica	p. 9			
8	Informações previdenciais	p. 12			
9	Parecer Atuarial PCA	p. 15			
10	Parecer Atuarial PACV	p. 21			

ESTE ARQUIVO É UM PDF INTERATIVO

- Clique no capítulo desejado e será encaminhado à página referente.
- Clique no ícone  , no canto superior direito de cada página, para voltar ao sumário.

NOSSA HISTÓRIA

A Entidade é associada da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada), do ICSS (Instituto Cultural de Seguridade Social) e é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência.

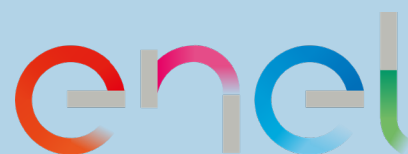
Atualmente, a Brasiletros administra dois planos de benefícios. São eles:

Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA)
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV)

PATROCINADORAS



FUNDAÇÃO AMPLA DE
SEGURIDADE SOCIAL -
BRASILETROS



ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO



ENEL BRASIL

2005 | A razão social da Entidade passou a ser Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros: Em 2005, a razão social da Entidade passou a ser Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, em função da alteração de sua patrocinadora Ampla Energia e Serviços S/A.

1980 | Denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social – Brasiletros: Em 1980, a Entidade passou a denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social – Brasiletros.

1979 | Fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELFL): Em 1979, a Fundação CBEE de Seguridade Social teve incorporado ao seu patrimônio a Fundação Centrais Elétricas Fluminenses de Seguridade Social (CELFL), em decorrência da fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELFL).

1972 | A Fundação Ampla de Seguridade Social Brasiletros constitui-se em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e foi criada em 23 de março de 1972 com a denominação Fundação CBEE de Seguridade Social – Brasiletros, tendo como patrocinadora a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE).

MISSÃO

Garantir níveis de retorno dos investimentos dos recursos aportados, pelos participantes e patrocinadoras, com segurança, liquidez, máxima rentabilidade e mínimo risco, retribuindo aos seus participantes em forma de pagamentos de benefícios, num ambiente de qualidade, eficiência e pontualidade.

VISÃO

Ser, dentre as entidades fechadas de previdência complementar do seu porte, um modelo padrão de referência, na excelência de qualidade dos serviços prestados, objetivando incessantemente, garantir e promover um padrão de dignidade e valorização dos seus participantes.

VALORES

Espera-se dos Conselheiros, Diretores, Colaboradores e Prestadores de Serviços, a perfeita sintonia e exercício das seguintes crenças e valores:

- Conduta Ética e Transparência – verificados através da fidelidade, obediência e cumprimento dos princípios e das boas práticas de governança corporativa.
- Valorização do Ser Humano – Todas as ações da Entidade devem ter como princípio norteador o zelo, o respeito e o amor ao próximo.
- Responsabilidade e Profissionalismo – Deve ser sempre incentivada, interna e externamente, a superação da qualidade dos serviços, através da criatividade, profissionalização e responsabilidade, extensivo a parceiros, que devem, da mesma forma, desenvolver e manter procedimentos e comportamentos semelhantes.
- Espírito de Colaboração e Cooperação – O clima no ambiente do trabalho deve ser saudável, cabendo a todos a busca de um relacionamento ético e respeitoso, com comportamento colaborativo, na busca das metas comuns e de trabalho em equipe.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Apresentamos com satisfação o Relatório Anual de Informações 2022. Um momento especial, no qual a Fundação BRASILETROS completou 50 anos. Aproveitamos a oportunidade para reafirmar o compromisso com os nossos participantes e assistidos.

Certamente, na BRASILETROS, pensar no futuro é um exercício que exige visão, estratégia e planejamento. Exige ações assertivas e fundamentadas, hoje. Chegamos até aqui pelas vivências, desafios, decisões e ações ao longo dos últimos 50 anos. E o futuro ao qual chegaremos depende do que construímos hoje.

Em 2022, as conjunturas econômica e política, interna e externa, impactaram negativamente os resultados dos planos de benefícios em todo o segmento de previdência complementar e, infelizmente, não foi diferente na BRASILETROS. Nesse período de incertezas, volatilidade e reveses econômicos, fez-se mandatório mitigar riscos e priorizar a sustentabilidade dos planos de benefícios e construir alicerces para viabilizar ações em momentos futuros mais favoráveis. Estamos em busca disso!

Superado o período mais crítico da pandemia vivenciada, 2022 foi também o ano no qual retomamos as atividades presenciais de forma planejada e monitorada garantir a segurança e a saúde dos colaboradores, participantes e assistidos.

E, certamente, a priorização em tecnologia é, nos dias de hoje, condição essencial para a segurança e bom funcionamento dos fundos de pensão. É preciso um constante aperfeiçoamento do aparato administrativo, tecnológico e de gestão de pessoas capaz de atender aos participantes, assistidos e patrocinadores.

Impulsionados por esses princípios, avançamos em tecnologia e em melhoria de processos, sempre priorizando a qualidade dos serviços e do atendimento aos nossos participantes e assistidos. Inovamos ao disponibilizar, em nosso portal institucional, ferramentas que contribuem para uma melhor experiência do usuário.

No atendimento aos participantes ativos, por exemplo, passamos a oferecer a opção online para a alteração do percentual de contribuição, uma funcionalidade que permite ajustar o valor das contribuições feitas ao plano e, assim, aprimorar o planejamento financeiro e potencializar a expectativa de alcançar uma reserva previdenciária adequada às suas necessidades.

Seguiremos empenhados, CONSTRUINDO O FUTURO hoje. Contem conosco!



DAVID AUGUSTO ABREU
Diretor Presidente



LEONARDO DIAS BAPTISTA GOMES
Diretor de Investimentos
Administração e Finanças



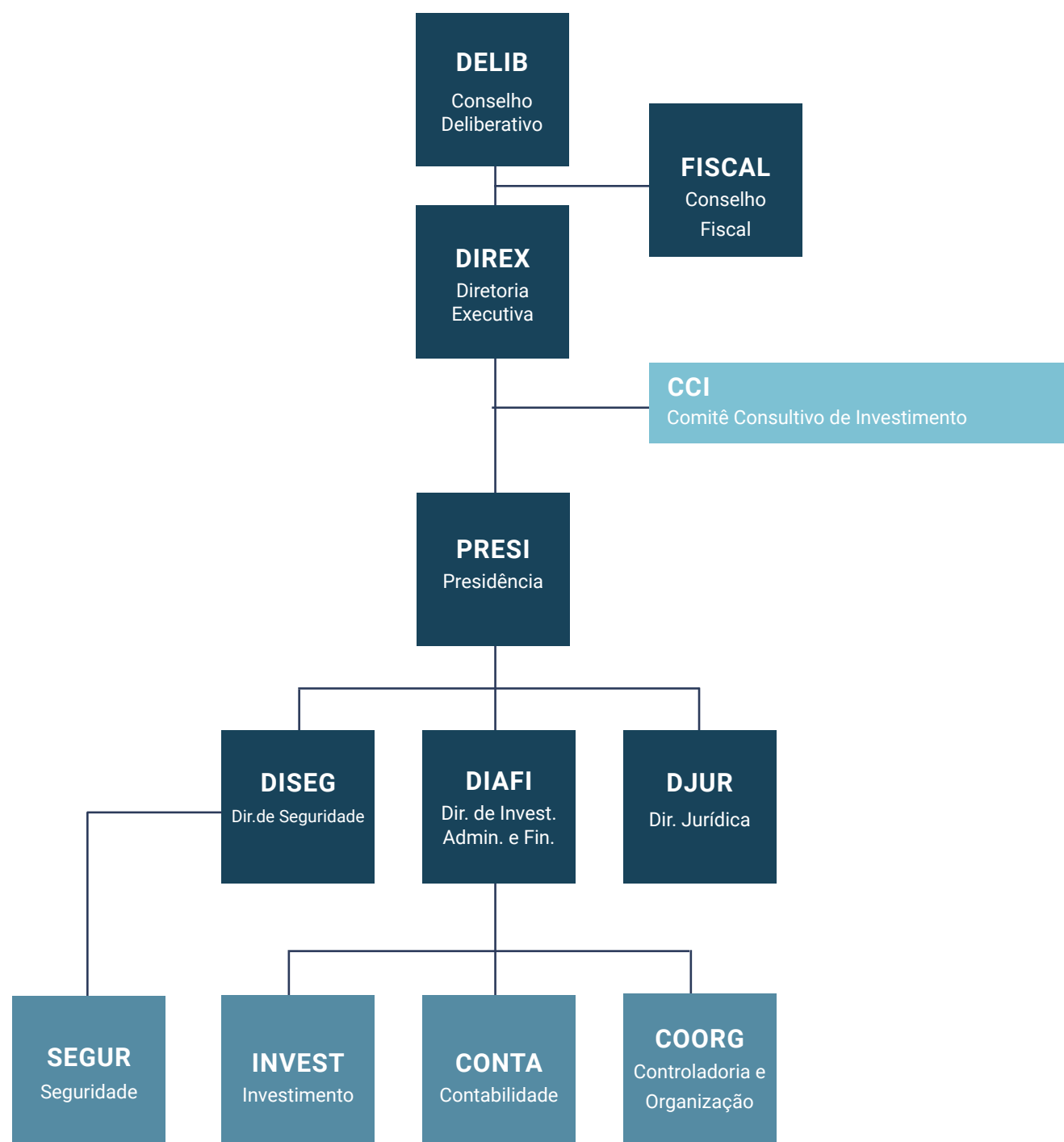
LUIS CARLOS SALLES COTA
Diretor de Seguridade



MUCI GIRGI GERMAIN
Diretor Jurídico

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ORGANOGRAMA



ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação superior, deliberação e controle da Fundação, cabendo-lhe fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se verificará pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração (Seção I do Estatuto, Art. 14).

MEMBROS EFETIVOS

Anderson Luiz Tostes dos Santos (Presidente)
Elaine Regina Rangel
Alexandre Pinto de Brito Oliveira
Maurício Szwarc
Luzia Brandão Marinho Bartolette

MEMBROS SUPLENTES

Roberto Nunes Fonseca Júnior

Geraldo Ricardo de Oliveira Raed
Jorge Matias de Alexandria

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da Fundação, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela gestão econômico-financeira desta (Seção III do Estatuto, Art. 35).

MEMBROS EFETIVOS

Leandro Oliveira Cordeiro (Presidente)
José Carlos Pacheco

MEMBROS SUPLENTES

Jociene Teixeira Salvador

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

David Augusto De Abreu
Leonardo Dias Baptista Gomes
Ricardo Nelson Vasconcelos
Karla Gimenez Leite Keller



INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA (RES. CNPC 48/2021)

FONTES DE CUSTEIO DO PGA

Fontes de Custeio 2022	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição das Patrocinadoras	2.367.000	2.310.651	4.677.651
Contribuição do Autopatrocínio	-	176.723	176.723
Custeio dos Investimentos	2.409.111	842.104	3.251.215
Total das Fontes de Custeio Consideradas como Limitadores da Resolução 48/2021	4.776.111	3.329.478	8.105.589
Receitas Administrativas	3.200	1.800	5.000
Fundo Administrativo	409.283	1.123.877	1.533.160
Total das Fontes de Custeio Não Consideradas como Limitadores da Resolução 48/2021	412.483	1.125.677	1.538.160
Total das Fontes de Custeio Utilizadas Pelo Plano de Gestão Administrativa	5.188.594	4.455.155	9.643.749

LIMITES DAS FONTES DE CUSTEIO

O Conselho Deliberativo da Brasiletros adotou o percentual de até 1% em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário como limite anual de recursos destinados para o plano de gestão administrativa por plano de benefício. Em ambos os planos de benefícios a Brasiletros manteve o enquadramento a Resolução CNPC nº 48 de 08/12/2021, conforme demonstrado: CNPJs cadastrados na Receita Federal do Brasil para os planos de benefícios existentes.

Limite Anual das Fontes de Custeio	PCA	PACV
Recursos destinados ao PGA	4.776.111	3.329.478
Recursos Garantidores	933.435.504	427.145.005
%	0,51	0,78

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas Incorridas em 2022	PCA	PACV	Consolidado
Pessoal e Encargos	2.338.513	1.371.112	3.709.625
Dirigentes	360.360	209.749	570.109
Pessoal Próprio	1.978.153	1.161.364	3.139.517
Treinamentos/Congressos e Seminários	37.677	21.892	59.569
Viagens e Estadias	16.823	9.842	26.665
Serviços de Terceiros	1.656.930	599.072	2.256.001
Serviços Atuariais	78.849	79.161	158.009
Serviços Jurídicos	719.202	41.737	760.938
Recursos Humanos	24.247	14.387	38.634
Tecnologia da Informação	648.759	347.623	996.383
Gestão/Planejamento Estratégico	36.136	21.300	57.436
Auditoria Contábil	45.040	34.960	80.000
Serviços e Consultorias de Investimentos	41.630	23.417	65.047
Serviços de Conservação e Manutenção	5.981	3.522	9.503
Outros	57.086	32.965	90.051
Despesas Gerais	245.878	142.992	388.870
Depreciações e Amortizações	32.868	19.365	52.233
Tributos	327.916	193.672	521.588
Outras Despesas	212.188	119.356	331.544
Total	4.868.793	2.477.303	7.346.096

INDICADORES DE GESTÃO

Indicadores PGA	Medida	Orçado	Realizado	Resultado 2022
1) Taxa de administração	%	0,57	0,60	4,27
2) Taxa de carregamento	%	5,95	6,02	1,07
3) Despesa PGA per capita	Anual - R\$	2.045	1.971	(3,62)
4) Despesa sobre o RGRT	%	0,56	0,54	(3,27)
5) Despesa sobre o Ativo	%	0,50	0,48	(5,39)
6) Despesa sobre a Receita	Nº Índice	0,98	0,91	(7,26)
7) Cobertura da despesa com pessoal	%	51,54	50,50	(2,01)
8) Evolução do fundo do PGA	%	12,69	23,59	23,59
9) Índice de colaboradores treinados	%	52,38	68,18	68,18

GESTÃO ESTRATÉGICA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022

O ano de 2022 trouxe a marca do recomeço. Saímos do cenário de pandemia com lições aprendidas e tarefas a serem cumpridas. Nosso aprendizado mais valioso foi a solidariedade, a importância das relações afetivas, o valor da ciência e a nossa adaptabilidade.

O compromisso com nossos participantes e, em geral, com todos aqueles que contribuem para a Brasiletros, permaneceu intacto em todas as adversidades, mantivemo-nos crescendo e trilhando um futuro de inúmeras possibilidades. Essa dinâmica refletiu no Planejamento Estratégico de 2022, uma das ferramentas de tomada de decisão mais importantes e um pré-requisito para o desenvolvimento futuro de um negócio ou organização, pois prescreve movimentos futuros e fornece diretrizes a longo prazo. O planejamento estratégico nos aproxima dos nossos sonhos, aumentando a probabilidade deles se tornarem realidade, além disso, possibilita a integração e o alinhamento de todos, tornando mais fácil caminharmos na mesma direção.

Em 2022 nosso foco foi o cumprimento das Obrigações Legais e o Aprimoramento dos Processos Internos. Encaminhamos à PREVIC a alteração do regulamento do PACV para atendimento a Resolução 50, revisitamos os processos de cada área visando abrir espaço para novas propostas e ideias de execução. Entre as ações implementadas, disponibilizamos uma nova ferramenta no nosso Portal, a Alteração de Percentual de Contribuição Online, refletindo o nosso compromisso de aprimoramento e evolução da experiência dos participantes com os planos de benefícios. E ainda, retomamos o atendimento presencial, de forma planejada e monitorada e migramos para o modelo de trabalho híbrido.

Nada disso seria possível sem a dedicação e o comprometimento das nossas equipes. Direcionados para objetivos comuns, somando competências e habilidades individuais, tendo como foco principal, cada vez mais, ser o diferencial na vida de cada participante, o time Brasiletros brilhou!

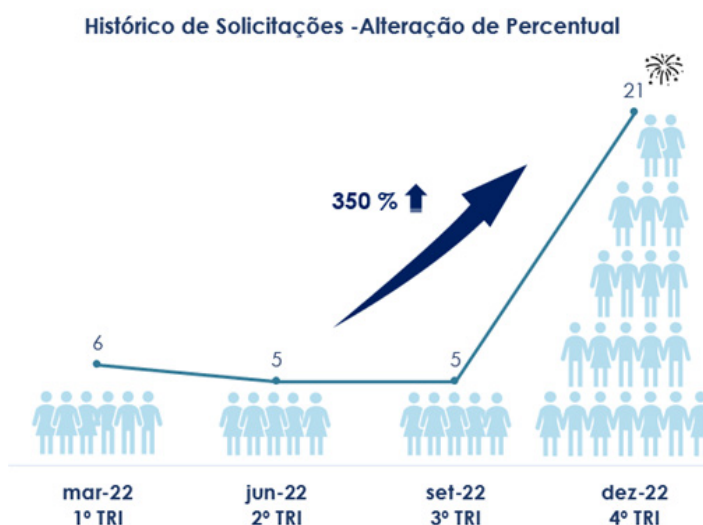
Parabéns, e que venha 2023!

ALTERAÇÃO DE PERCENTUAL VIA AUTOATENDIMENTO

Em novembro de 2022, a Brasiletros implementou a ferramenta de alteração de percentual de contribuição via Autoatendimento, uma nova funcionalidade que permite ao participante adequar sua contribuição ao Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável, além de promover uma importante melhoria operacional.

A alteração de percentual de contribuição via Autoatendimento é mais uma ferramenta disponível para facilitar o planejamento financeiro dos nossos participantes e potencializar sua expectativa de alcançar uma reserva previdenciária mais adequada às necessidades de sua vida no futuro.

Essa melhoria operacional gerou um impacto positivo justificado pelo aumento exponencial das solicitações, em virtude de uma facilidade digital alinhada a uma desburocratização do processo, que pode ser observada pela análise do histórico anual das solicitações contabilizadas no ano de 2022.



ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DO PACV

Em 18 de novembro de 2022 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a proposta de alteração do Regulamento do PACV em atendimento à Resolução CNPC nº 50, de 16/02/2022, e, em 23 de dezembro de 2022, foi encaminhada para análise da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

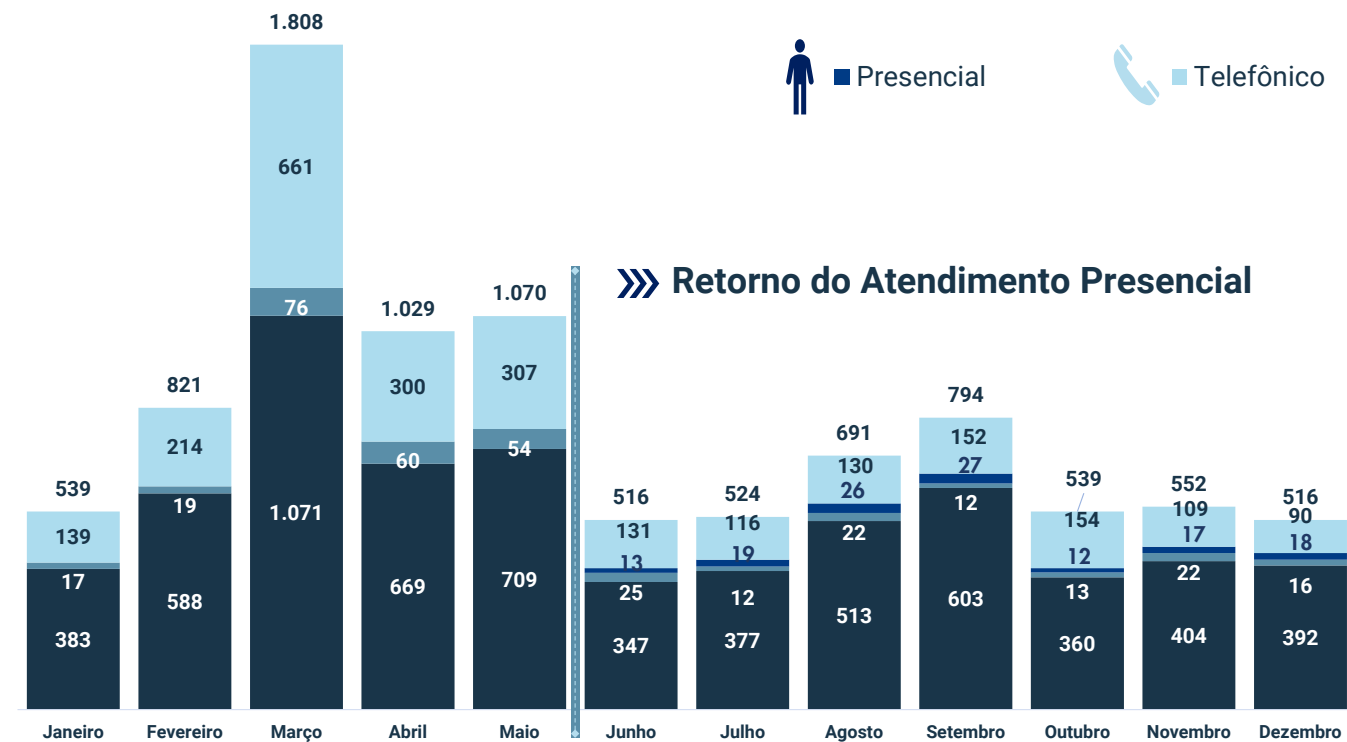
A alteração proposta contempla ajustes redacionais e os necessários para adequação ao que dispõe sobre os institutos obrigatórios do resgate, da portabilidade, do benefício proporcional diferido e do autopatrocínio. O processo de alteração regulamentar dependerá ainda da análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Alinhada com a política de transparência, a Brasiletros disponibilizou o documento para consulta do participante, via Autoatendimento.

INTEGRAÇÃO DE NOVOS COLABORADORES ADMITIDOS NAS PATROCINADORAS - "BOAS-VINDAS ENEL"

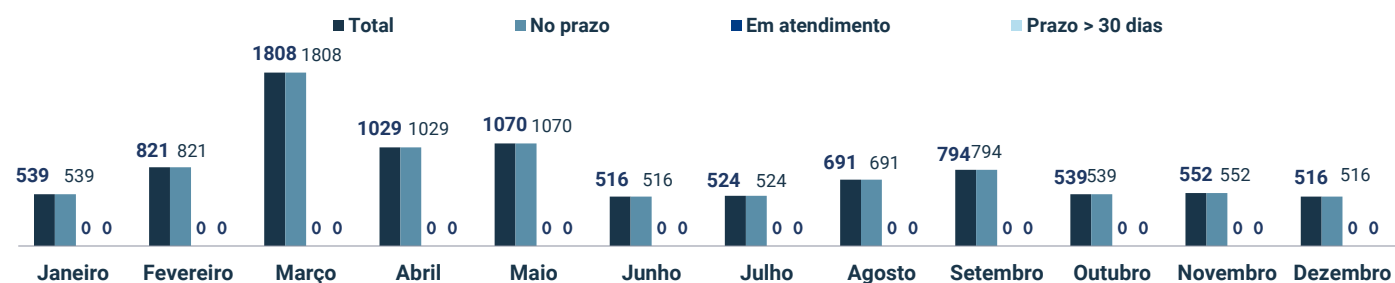
Com o objetivo de potencializar a adesão ao Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável, a Brasiletros vem trabalhando em conjunto com as Patrocinadoras, a fim de participar mais ativamente da integração de novos colaboradores.

Alinhado a esse objetivo, em 2022, a Brasiletros passou a participar das reuniões de integração, apresentando as principais características e vantagens de adesão ao plano PACV.



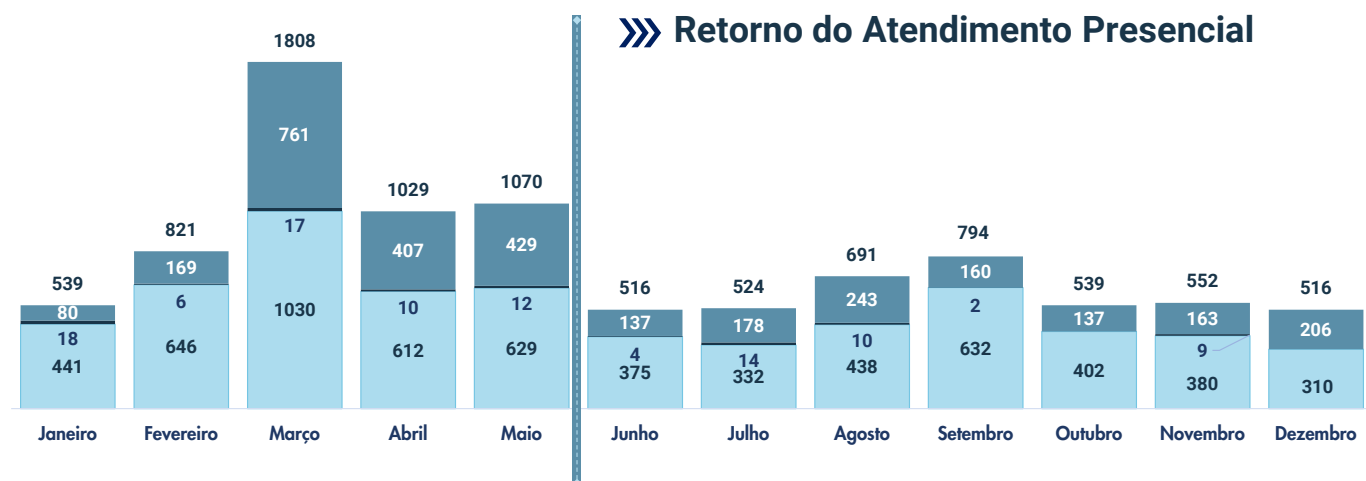
RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS

A Brasiletros mantém o propósito de prestar um atendimento diferenciado para seus participantes, de modo a apoiar nos esclarecimentos de dúvidas e solicitações junto a Fundação, que ocorre através das áreas de Seguridade e Investimentos.



Em 2022, a Brasiletros realizou um total acumulado de 9.399 atendimentos finalizando o ano com resolução de 100% das solicitações. A distribuição entre os canais de comunicação ocorre com o predomínio de contato através de e-mail, que representa 68% do total de atendimentos. Em junho de 2022, a Brasiletros retomou o atendimento presencial, com a flexibilização das medidas restritivas potencializado pelo avanço da cobertura vacinal contra a Covid-19, contudo, a modalidade presencial gerou somente 132 atendimentos, representando, aproximadamente, 1% do total de atendimentos realizados. Tal aspecto é determinado pelas mudanças das dinâmicas de vida e trabalho resultantes do formato do "novo normal", e que na Brasiletros, tornou-se possível em virtude da digitalização e otimização das ferramentas virtuais.

Outro aspecto importante está na abordagem em direcionar a análise também para a verificação do resultado do atendimento prestado pela Brasiletros, de modo a manter o nível de qualidade estimado pela Fundação e garantir a satisfação dos nossos participantes.





SEGURIDADE

INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

RECEITAS PREVIDENCIAIS

Em 2022, as receitas previdenciais totalizaram R\$ 78.092.740 sendo R\$ 50.672.034 do PCA e R\$ 27.420.706 do PACV.

RECEITAS PREVIDENCIAIS	PCA	PACV
A. Patrocinadores	47.927.461	20.259.462
Contribuição Normal	16.695	4.884.299
Contribuição Extraordinária	47.910.767	15.375.164
B. Participantes Ativos	19.740	6.532.033
Contribuição Básica	19.740	6.021.019
Contribuição Voluntária	-	43.582
Portabilidade	-	467.431
C. Participantes Autopatrocinados	-	629.211
Contribuição Básica	-	629.211
D. Participantes Assistidos	2.724.833	-
Contribuição Assistido	2.724.833	-
TOTAL (A+B+C+D):	50.672.034	27.420.706

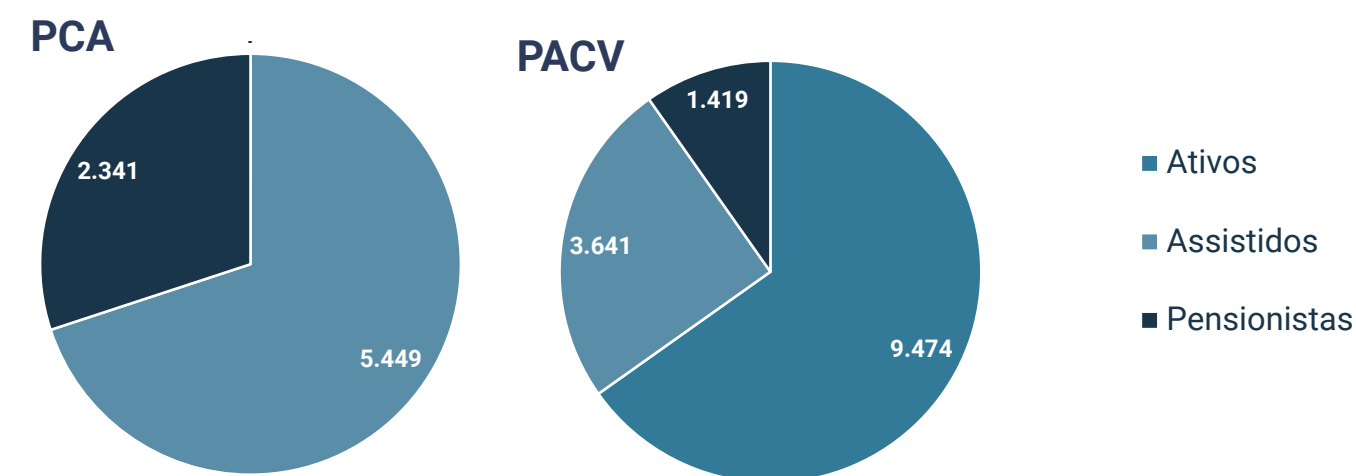
DESPESAS PREVIDENCIAIS

Em 2022, as despesas previdenciais totalizaram R\$ 124.442.016 sendo R\$ 92.717.974 do PCA e R\$ 31.724.042 do PACV.

DESPESAS PREVIDENCIAIS	PCA	PACV
A. Prestação Continuada	92.717.974	27.734.048
Aposentadorias	71.240.039	25.818.566
Pensão por Morte	21.477.935	1.915.482
B. Prestação Única	-	3.989.994
Aposentadorias	-	797.315
Pensão por Morte	-	-
Resgate por Desligamento	-	3.176.936
Portabilidade	-	15.743
Total (A+B):	92.717.974	31.724.042

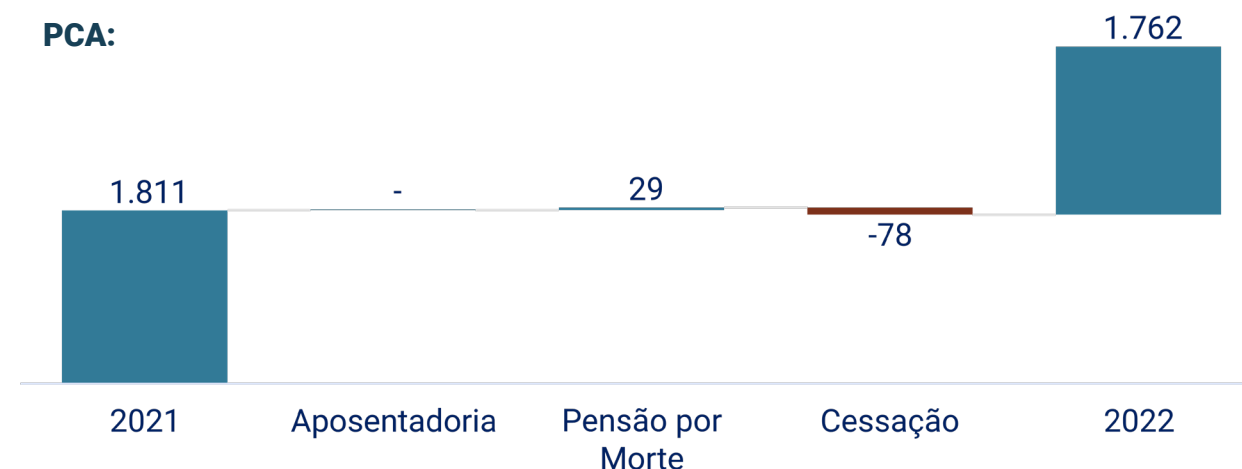
COMPARATIVO DE VALORES MÉDIOS DE BENEFÍCIO - PCA E PACV

Os benefícios de renda vitalícia foram reajustados em outubro de 2022, com o índice de 7,19%, referente à variação do INPC de outubro de 2021 a setembro de 2022.



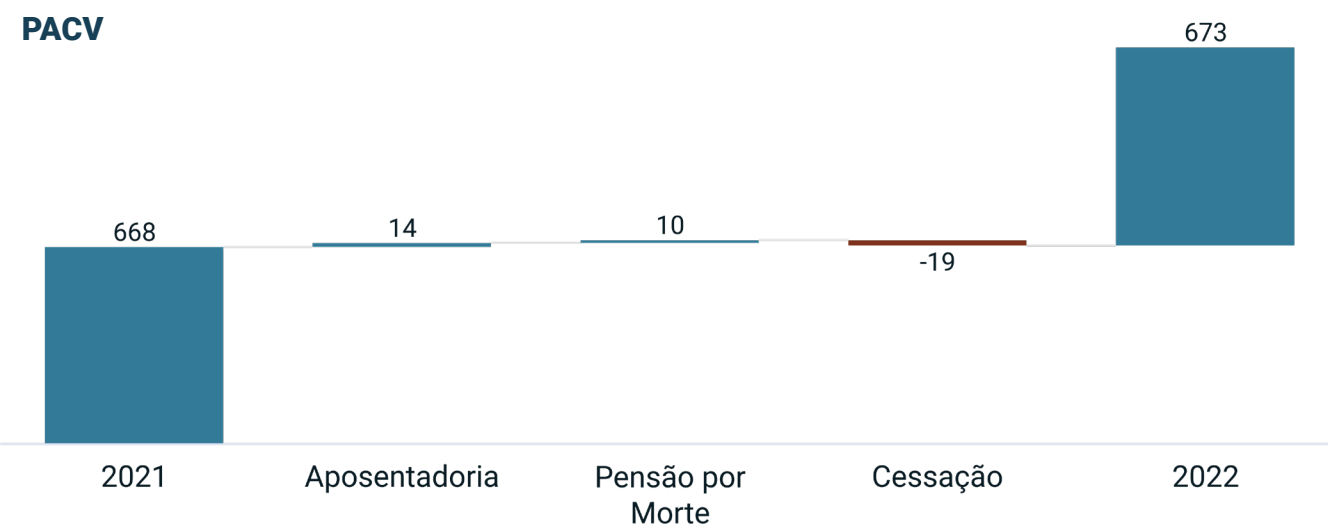
CONCESSÃO E ENCERRAMENTO DE BENEFÍCIOS - PCA E PACV

No PCA havia um total de 1811 participantes assistidos e pensionistas em 31/12/2021. Em 2022 foram registradas 29 reversões de aposentadoria em pensão por morte e 78 encerramentos de benefícios, totalizando 1762 pessoas.

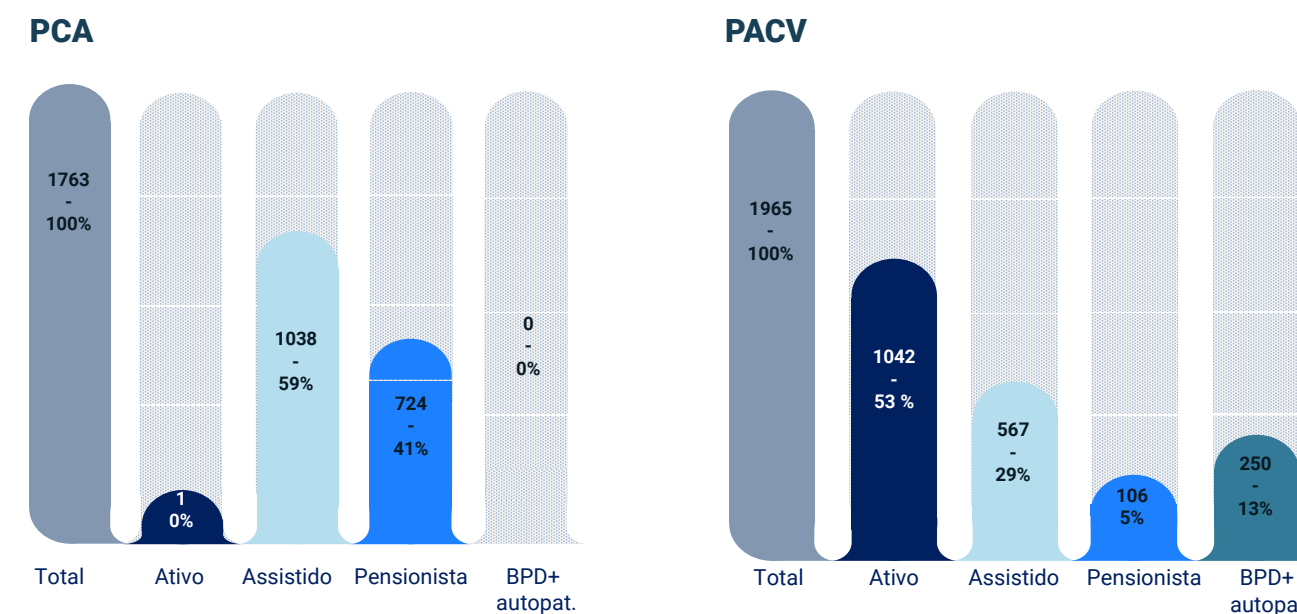




No **PACV** havia um total de 668 participantes assistidos e pensionistas em 31/12/2021. Em 2022 foram registradas 14 novas concessões de aposentadoria, 10 reversões de aposentadoria em pensão por morte e 19 encerramentos de benefícios, totalizando 673 pessoas.



Os participantes do plano **PCA**, atualmente, são concentrados em assistidos, que representam 59% e pensionistas, 41%. Em contrapartida, o plano **PACV** possui uma diversificação maior de situação entre os participantes, com distribuição mais dissolvida entre ativos (53%), assistidos (29%); BPD, autopatrocinados e pensionistas - que juntos representam 18% do restante dos participantes.



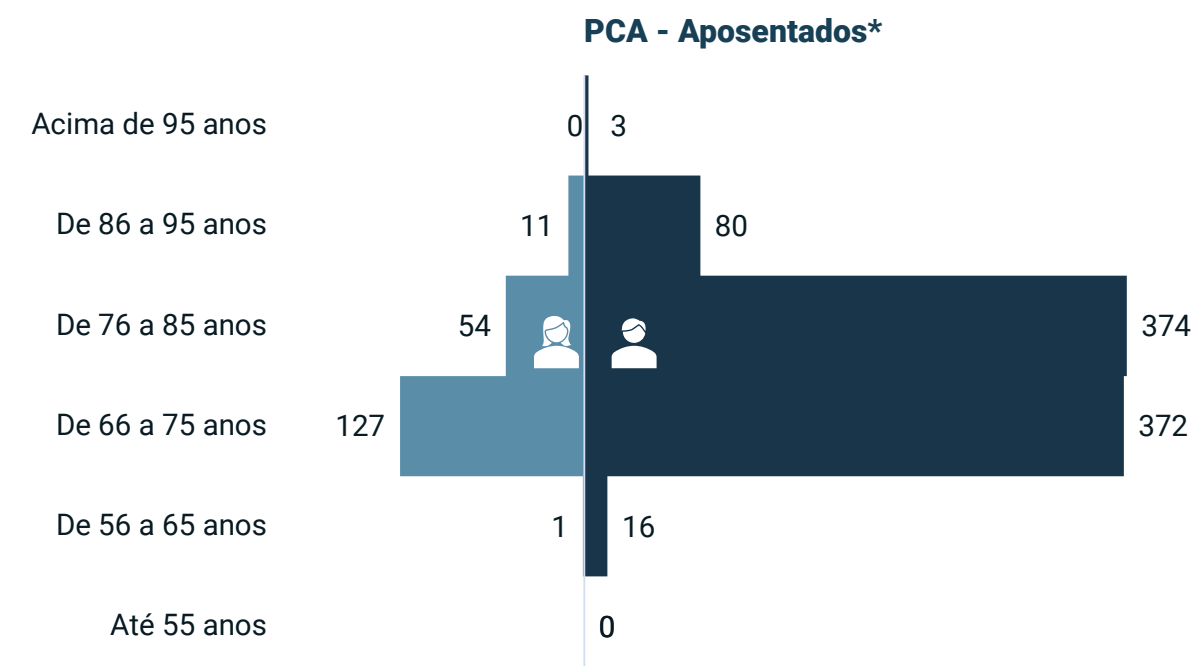
QUADRO DE PARTICIPANTES

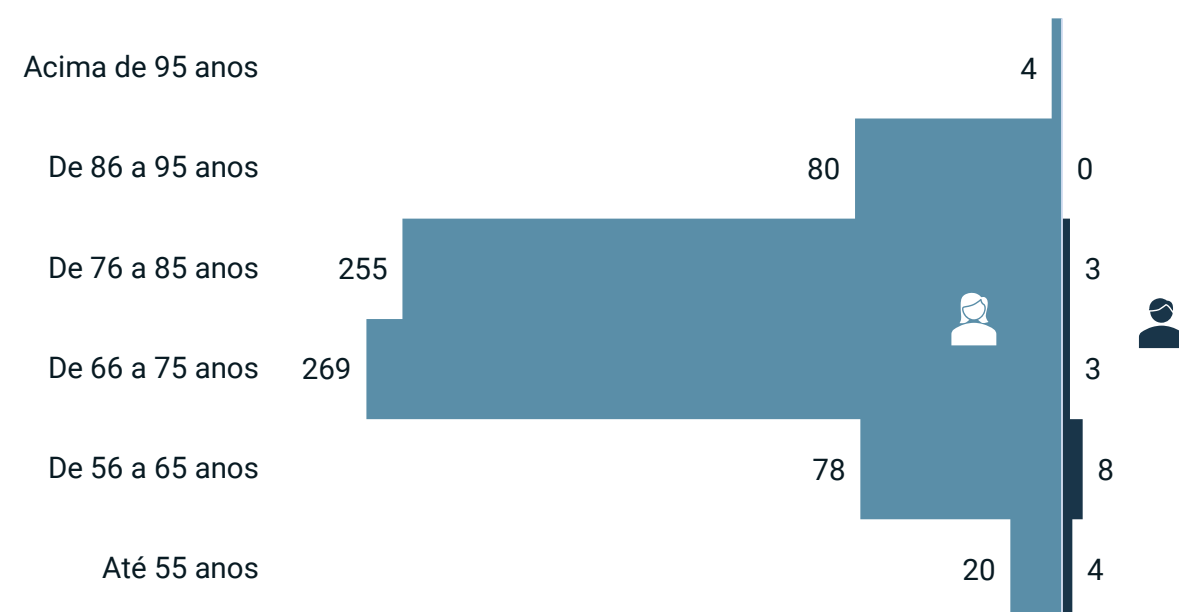
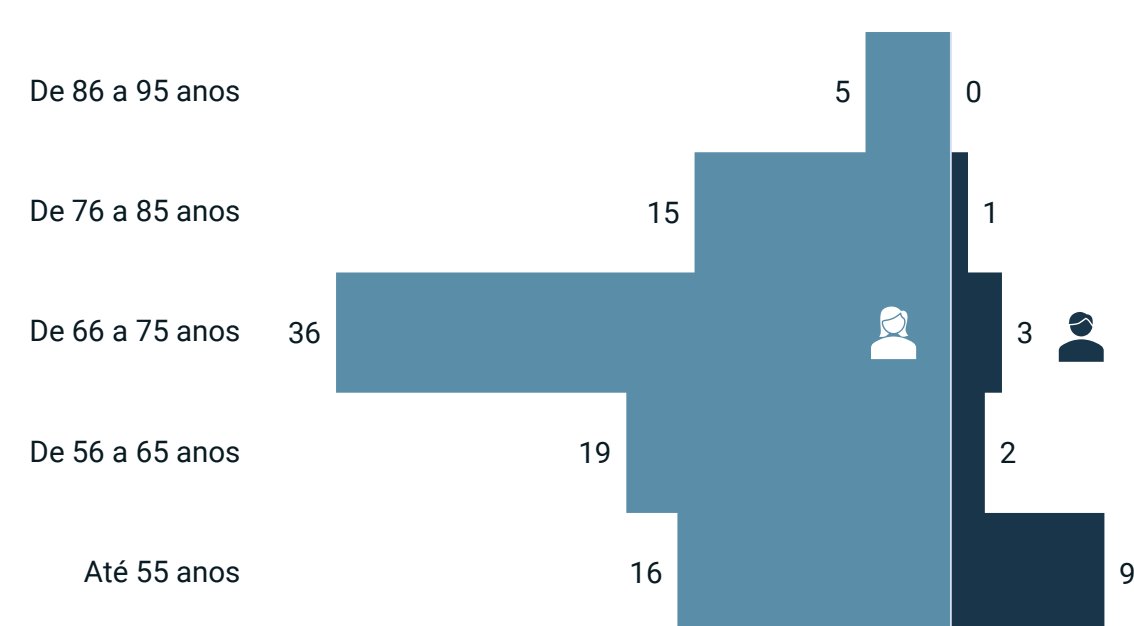
Em 2022, a Brasiletros encerrou o exercício com um total de 3.728 participantes, dentre os quais 1.763 são pertencentes ao plano **PCA** e 1.965 ao **PACV**. Em comparação com o Exercício anterior, ocorreu um decréscimo de -1,4% no número de participantes do **PCA** justificado pelos eventos de encerramento por óbito, compatível com a maturidade do plano. No entanto, em relação ao plano **PACV**, atualmente aberto para novas inscrições, notou-se um aumento no número de participantes. Tal aumento é evidenciado pelas constantes campanhas de incentivo a novas adesões e pela retenção dos participantes no plano.

Descrição	PCA		PACV	
	2021	2022	2021	2022
Assistidos	1.086	1.038	568	567
Pensionistas	725	724	100	106
Diferidos	-	-	206	211
Autopatrocinados	-	-	36	39
Ativos	1	1	944	1.042
Total	1.812	1.763	1.854	1.965

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO E IDADE

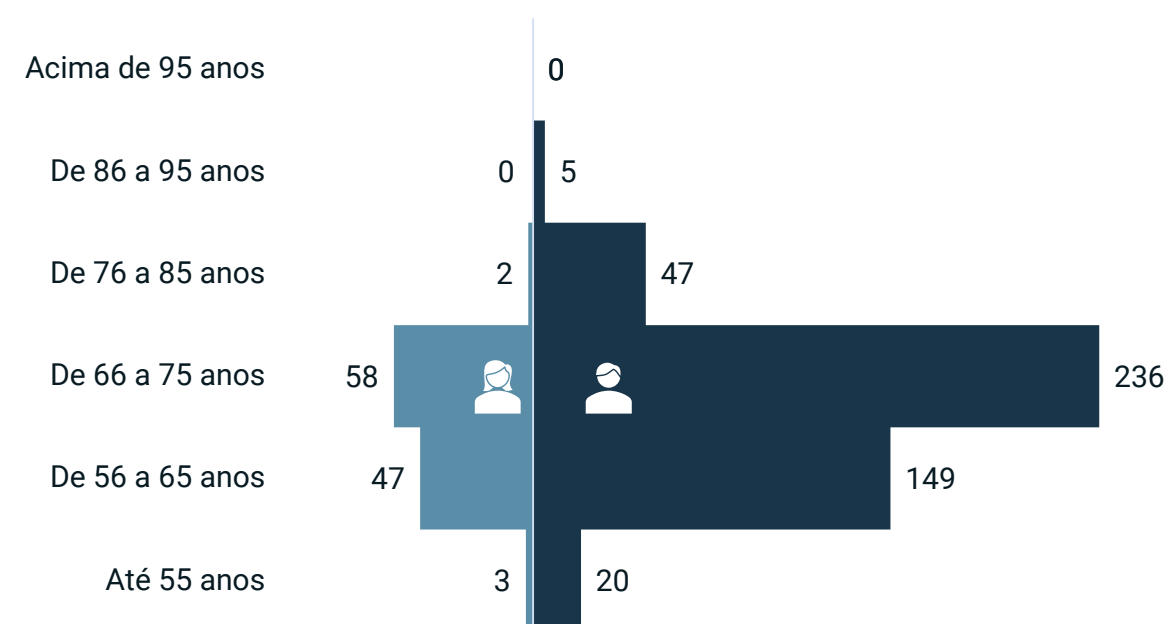
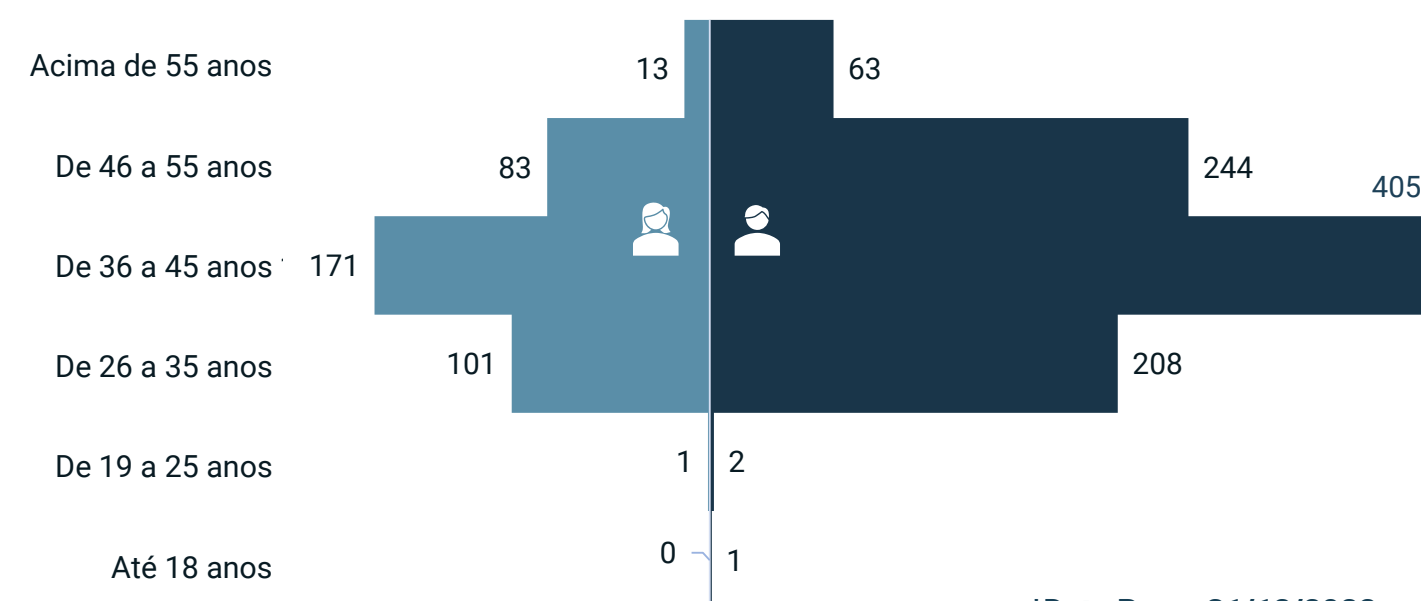
Em relação a estrutura etária dos participantes do plano **PCA**, observa-se nos aposentados, uma população predominante do sexo masculino, na faixa etária entre 66-85 anos. Contudo, em relação aos pensionistas do plano, nota-se uma hegemonia bem mais destacada do sexo feminino, com maior representação também na mesma faixa etária.



**PCA - Pensionistas*****PACV - Pensionistas***

Na estrutura etária do plano PACV se configura o mesmo formato de predomínio do sexo masculino na população de aposentados, com uma redução na faixa etária em virtude de as normativas regulamentares para concessão de benefício ao plano de aposentadoria com desvinculo do INSS. Em relação aos pensionistas, nota-se uma configuração mais diversificada por idade e majoritariamente do sexo feminino.

No perfil etário de participantes Ativos, Autopatrocinados e BPD do plano PACV nota-se uma concentração da população mais jovem, com maior expressão na faixa etária dos 36-45 anos e bem distribuída entre ambos os sexos

PACV - Aposentados***PACV - Ativos***

*Data Base: 31/12/2022

9 | PARECER ATUARIAL PCA

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora em 31 de dezembro de 2022.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021;
- Resolução CNPC nº 42, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021;
- Resolução PREVIC nº 7, de 23/03/2022;
- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020;
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020;
- Portaria PREVIC nº 373, de 27/04/2022;
- Portaria PREVIC nº 801, de 01/12/2021.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2022, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2022.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela *Brasiletros* à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a *Brasiletros*, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

Descrição	30/09/2022	30/09/2021
Número	1	1
Idade Média (anos)	68,6	67,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	44,3	43,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	44,3	43,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	0,0	0,0
Salário Mensal Médio (R\$)	21.261,66	19.300,71
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	276.401,58	250.909,23

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Aposentados Programados		
Número	1020	1059
Idade Média (anos)	76,2	75,6
Benefício Mensal Médio em R\$	5.198,10	5.131,32
Aposentados Inválidos		
Número	26	28
Idade Média (anos)	74,1	74,1
Benefício Mensal Médio em R\$	1.458,81	1.373,21
Beneficiários		
Número	730	727
Idade Média (anos)	74,6	74,3
Benefício Mensal Médio em R\$	2.263,74	2.257,00
Total		
Número	1.776	1.814
Idade Média (anos)	75,5	75,1
Benefício Mensal Médio em R\$	3.937,23	3.921,37

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2022. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2022, refletindo o conceito de capacidade.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Hipóteses	2022	2021
Taxa real anual de juros (1)	4,73% A.A.	4,98% a.a.
Projeção de crescimento real de salário(2)	-	-
Fator de capacidade para os salários	100,00%	-
Fator de capacidade para os benefícios	98,50%	-
Hipótese sobre Rotatividade(2)	-	-
Tábua de Mortalidade Geral (3)	AT-2000 Básica, segregada por sexo	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 1949 Masculina	
Tábua de entrada em invalidez(2)	-	-
Composição Familiar	Assistido e Pensionista: Composição Familiar Real	

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) O participante ainda em atividade já está elegível ao benefício programado integral.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 básica, segregada por sexo.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

De acordo com o previsto na legislação vigente, as hipóteses adotadas nesta Avaliação Atuarial foram definidas pela *Brasileiros* e estão baseadas em estudos de aderência e convergência de hipóteses realizados pela Mercer, conforme Relatório Mercer, que se encontra arquivado na *Brasileiros* à disposição dos participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,44% a.a., que está fora do intervalo permitido pela legislação.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2021 de 8,11 anos é de 3,03% a.a. a 4,73% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 4,98% a.a. para 4,73% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,73% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou no aumento de R\$ 15.875.750,00 (1,74%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na Taxa de Juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Regime de Capitalização e o Método Agregado para a avaliação dos benefícios e Institutos do Plano estruturados na modalidade de Benefício Definido, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor informado pela *Brasileiros*, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2022 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e para Garantias de Operações com Participantes fornecidos pela *Brasileiros* posicionados em 31/12/2022.

Conta	Nome	R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	899.983.438,05
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	889.094.240,04
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	940.720.228,00
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	938.672.677,00
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	938.672.677,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	714.613.836,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	224.058.841,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.047.551,00
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.047.551,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.047.551,00
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar – Total	-
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-51.625.987,96
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-51.625.987,96
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-51.625.987,96
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	10.889.198,01
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.703.058,00
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	4.703.058,00
2.03.02.01.03.01.00	Fundo de Cobertura de Demanda Judicial	4.703.058,00
2.03.02.01.99.00.00	OUTROS FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	4.643.158,64
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	4.643.158,64
2.03.02.02.03.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO COMPARTILHADO	-
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.542.981,37



Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA vigente em 31 de dezembro de 2022, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA no exercício de 2022.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- A)** No caso de aposentadoria concedida, a provisão referente à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e a provisão referente à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- B)** A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- C)** A provisão referente à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foi registrada na conta 2.03.01.01.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- D)** A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte foi calculada para participante Ativo foi registrada na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- E)** A provisão referente à pensão por morte de participante Ativo foi registrada na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela *Brasileiros*.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" e que foram efetuados estudos que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Informamos ainda que o ajuste de precificação relativo aos resultados do exercício de 2022 é positivo em R\$ 46.773.404,00 em dezembro de 2022.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2021, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

A alteração da taxa de juros de 4,98% para 4,73% gerou um pequeno aumento nas provisões matemáticas, conforme demonstrado anteriormente.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2021 o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA encontrava-se em equilíbrio, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit, em função do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer, e da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2022.

No período compreendido entre dezembro/2021 e novembro/2022, a meta atuarial do Plano foi de 11,25%, composta pelo INPC de 5,97% mais taxa de juros de 4,98%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 9,70% (dezembro/22) conforme informação repassada pela *Brasileiros*, representando uma perda atuarial de 1,41%.

NATUREZA DO RESULTADO

O déficit apresentado em 31/12/2022 foi originado, principalmente, em função de ganhos/perdas atuariais e da rentabilidade do exercício (origem conjuntural).

SOLUÇÕES PARA INSUFICÊNCIA DE COBERTURA

Na avaliação atuarial de 31/12/2022 foi apurado um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo no valor de R\$ 51.625.987,96. Conforme a legislação em vigor, foi calculado o limite do déficit no valor de R\$ 37.691.837,38 (4,01% das Provisões Matemáticas) utilizando a seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 8,0067 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022.

Observando os critérios previstos na legislação em vigor, o ajuste de precificação, apurado pela *Brasileiros*, montava R\$ 46.773.404,00 em dezembro de 2022, o que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 4.852.583,96.

Sendo o equilíbrio técnico ajustado avaliado no valor de R\$ 4.852.583,96 negativo, não haverá a necessidade do equacionamento obrigatório do déficit até o final do exercício subsequente, considerando que este valor está dentro do limite de R\$ 37.691.837,38.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo de Demandas Judiciais, constituído no exercício de 2012, tem por objetivo compensar o acréscimo na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos em função da revisão do reajuste de URV, decorrente de demandas judiciais.

O Fundo de Demandas Judiciais foi recalculado na data da Avaliação Atuarial, considerando a diferença positiva entre as Provisões Matemáticas Individualizadas dos assistidos que terão seus benefícios revisados pelo reajuste da URV e as Provisões Matemáticas da Avaliação Atuarial de 2022 desses mesmos assistidos. De acordo com este critério, o Fundo recalculado monta, em 31/12/2022, R\$ 4.703.058,00.

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2023

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

Custeio dos Participantes Ativos e Assistidos

Custeio Normal dos Participantes	Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente
Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação até ½ Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação entre ½ e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação entre 1 e 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	7,50%
Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede a 3 vezes o valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	10,00%

Além das contribuições normais, os participantes Ativos deverão efetuar contribuições equivalentes a 1,10% dos seus Salários de Participação para cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876 de 29/11/1999, que alterou as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Social, instituindo o Fator Previdenciário.

Custeio da Patrocinadora

Custeio Normal da Patrocinadora	Taxa Aplicada Plano de Custeio Vigente
Patrocinador	Paritária aos participantes Ativos

Custeio das despesas administrativas

O custo intencionado para a cobertura das despesas administrativas do PCA monta o valor de R\$ 3.338.331,49, a ser pago exclusivamente pela Patrocinadora em 13 parcelas iguais a partir de 01/2023 até 12/2023.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração significativa nos custos projetados para o exercício de 2023, quando comparados aos projetados para o exercício de 2022 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PCA com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2023
Contribuição Normal	6,04%	16.699
Contribuição Extraordinária	-	-

Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM 2023
Contribuição Normal	6,04%	16.699
Contribuição Lei nº 9.876	1,10%	3.040

Participantes Assistidos

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM 2023
Contribuição Normal	3,93%	2.917.337

Além das contribuições normais previstas para 2023, caberá a Patrocinadora a cobertura das despesas administrativas do plano, com custo estimado em R\$ 3.338.331,49 para 2023.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA da *Brasileiros* está deficitário em 31/12/2022. No entanto, o equacionamento deste déficit, no exercício subsequente, não é obrigatório dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido na legislação em vigor.

A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2023

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA Nº 920

Sinaya Pereira
MIBA Nº 2.621

10 | PARECER ATUARIAL PACV

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras em 31 de dezembro de 2022.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 41, de 09/06/2021;
- Resolução CNPC nº 42, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021;
- Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021;
- Resolução PREVIC nº 7, de 23/03/2022;
- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020;
- Portaria PREVIC nº 835, de 01/12/2020;
- Portaria PREVIC nº 373, de 27/04/2022;
- Portaria PREVIC nº 801, de 01/12/2021.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2022, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao Plano em relação ao plano.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2022.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela *Brasiletros* à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a *Brasiletros*, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	30/09/2022	30/09/2021
Número	971	921
Idade Média (anos)	41,3	40,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	10,9	11,7
Tempo Médio de Contribuição (anos)	10,5	11,3
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	14,0	13,9
Salário Mensal Médio (R\$)	9.285,64	8.110,93
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	117.212.609,28	100.276.397,41

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

Descrição	30/09/2022	31/12/2021
Número	39	36
Idade Média (anos)	45,3	44,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	17,0	16,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	16,4	15,9
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,8	10,4
Salário Mensal Médio (R\$)	17.317,15	15.682,12
Folha Anual de Salários (R\$) – (13x)	8.779.796,99	7.339.234,37

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	30/09/2022	30/09/2021
Número	238	211
Idade Média (anos)	43,0	42,8

ASSISTIDOS

Descrição	30/09/2022		30/09/2021	
	Renda Vitalícia	Renda Financeira	Renda Vitalícia	Renda Financeira
Aposentados Programados				
Número	505	20	500	19
Idade Média (anos)	67,6	59,4	67,2	58,5
Benefício Mensal Médio em R\$	3.487,49	5.324,31	3.423,10	5.178,66
Aposentados Inválidos				
Número	40	1	40	1
Idade Média (anos)	64,2	39,4	63,9	38,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.719,56	3.104,34	1.696,77	2.976,10
Beneficiários				
Número	94	5	91	5
Idade Média (anos)	68,9	36,0	67,9	29,3
Benefício Mensal Médio em R\$	1.424,40	2.595,00	1.402,02	2.487,84
Total				
Número	639	26	631	25
Idade Média (anos)	67,6	54,2	67,1	51,9
Benefício Mensal Médio em R\$	3.073,33	4.714,06	3.022,19	4.522,39

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2022. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2022, refletindo o conceito de capacidade.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e quantidade de dependentes), a depender das características de cada plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Hipóteses	2022	2021
Taxa real anual de juros (1)	4,83% A.A.	5,00% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	1,00% a.a.	
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	-	
Fator de capacidade para os salários	98,5%	
Fator de capacidade para os benefícios	98,5%	
Hipótese sobre Rotatividade (3)	4,99% a.a.	
Tábua de Mortalidade Geral (4)	AT-2000 Básica, segregada por sexo	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 1949 Masculina	
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	
Composição Familiar	Ativo: 90% possuem dependentes Assistido e BPD: Composição Familiar Real Pensionista: Composição Familiar Real	

- (1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;
- (2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.
- (3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano. Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.
- (4) Foi utilizada a tábua AT-2000 básica, segregada por sexo.



PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Plano**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura, mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de Patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez.

ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

De acordo com o previsto na legislação vigente, as hipóteses adotadas nesta Avaliação Atuarial foram definidas pela *Brasileiros* e estão baseadas em estudos de aderência e convergência de hipóteses realizados pela Mercer, conforme Relatório Mercer, que se encontra arquivado na *Brasileiros* à disposição dos participantes, dos Assistidos, das Patrocinadoras e da PREVIC.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,89% a.a., que está fora do intervalo permitido pela legislação.

Conforme legislação em vigor, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2021 de 9,55 anos é de 3,10% a.a. a 4,83% a.a. para a taxa real de juros. Com base nos resultados dos estudos supracitados, acompanhados de parecer emitido pelo Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,00% a.a. para 4,83% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,83% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2022.

A alteração da taxa real de juros mencionada acima acarretou no aumento de R\$ 5.037.145,00 (1,63%) nas provisões matemáticas de benefício definido do plano.

Informamos que, excetuada a alteração na Taxa de Juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Regime de Capitalização e o Método Agregado para a avaliação dos benefícios e Institutos do Plano estruturados na modalidade de Benefício Definido e Regime de Capitalização e o Método de Capitalização Financeira para financiamento dos benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, considerados adequados aos benefícios aos quais são empregados do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à legislação vigente, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela *Brasileiros*, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2022 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e para Garantias de Operações com Participantes fornecidos pela *Brasileiros* posicionados em 31/12/2022.

Conta	Nome	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	98.233.529,59
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.02.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.02.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.02.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	97.655.033,49
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.03.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	97.655.033,49
1.02.01.01.04.03.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.98.00	OUTRAS CONTRATAÇÕES	578.496,10
1.02.01.01.04.98.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.98.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	578.496,10
1.02.01.01.04.98.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	528.278.806,54
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	521.667.329,14



Conta	Nome	R\$
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	549.930.573,23
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	337.512.903,62
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	5.167.321,62
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	5.167.321,62
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	332.345.582,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	299.556.855,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	32.788.727,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	212.554.865,90
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	202.021.365,12
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	105.756.596,59
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	95.628.732,72
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	614.866,04
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	21.169,77
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	9.665.743,78
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.665.743,78
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	867.757,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	867.757,00
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(137.196,29)
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.01.1	BRASILETROS	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(28.263.244,09)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(28.263.244,09)
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	(28.263.244,09)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	6.611.477,40
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.920.315,64
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	896.234,46
2.03.02.01.01.00.00.01	AMPLA	732.938,36
2.03.02.01.01.00.00.02	BRASILETROS	65.292,57
2.03.02.01.01.00.00.03	ENEL	98.003,54
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	2.024.081,18
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.389.593,40
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.389.593,40
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	301.568,36

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV vigente em 31 de dezembro de 2022, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV no exercício de 2022.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

- A)** No caso de aposentadoria concedida, a provisão referente à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e a provisão referente à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- B)** A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.03.01.01.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- C)** A provisão referente à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte foi calculada para participante Ativo foi registrada na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- D)** A provisão referente à pensão por morte de participante Ativo foi registrada na conta 2.03.01.01.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

A provisão registrada na conta 2.03.01.01.02.02.01 - Valor Atual dos Benefícios Futuros Programado corresponde ao valor total conferido aos participantes Ativos que se encontravam inscritos no Plano em 31/12/2006 e que nele permaneceram vinculados até a data dos acordos judiciais, em decorrência dos efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada “Crescimento Real de Benefícios” de -1,5% ao ano (Lag Negativo) para 0%, na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2006.

O efeito mencionado acima corresponde a elevação das reservas dos benefícios concedidos e redução nos benefícios esperados em função da alteração dos fatores atuariais que calculam esses benefícios (a conceder).

Os acordos firmados cobrem os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENNF (Base Campos), homologado em 07/08/2012 e participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), homologado em 29/04/2013.

A referida alteração foi realizada em função da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. Os valores correspondentes a esses compromissos foram apurados de forma individual com base em estudo específico elaborado à época pela Mercer, sendo utilizado na composição da provisão matemática dos participantes Ativos abrangidos no cálculo, exclusivamente na concessão do benefício a ser pago na forma de renda mensal vitalícia. Este montante é atualizado e informado pela *Brasileiros*, sendo essa informação de sua responsabilidade.

Registra-se que foi firmado Contrato de Financiamento entre a AMPLA e a *Brasileiros* referente à cobertura integral dos efeitos decorrentes da alteração da referida hipótese, cujos valores estão registrados nos Ativos Financeiros do Plano, em Operações Contratadas, na subconta “Outras Contratações”.

A dívida já contratada de Patrocinador, relativa ao financiamento de déficit técnico equacionado anterior a 31/12/2022, está contabilizada no grupo Operações Contratadas, na subconta “Déficit Técnico Contratado”.

A Provisão Matemática a Constituir, no valor de R\$ 137.196,29, foi informada pela Fundação e correspondem ao saldo de responsabilidade da *Brasileiros*, em 31/12/2022, relativamente ao Plano de Equacionamento de Déficit de 2014, aprovado pelo Conselho Deliberativo. É ajustado mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros e amortizado mediante pagamento das contribuições extraordinárias correspondentes, sendo revisto anualmente, ao final de cada exercício, em função de eventuais ganhos ou perdas apuradas nas avaliações atuariais do plano.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela *Brasileiros*.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2021, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação, contribuições recebidas e benefícios pagos).

A alteração da taxa de juros de 5,00% a.a. para 4,83% a.a. gerou um pequeno aumento nas provisões matemáticas, conforme demonstrado anteriormente.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

No exercício de 2021 o Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA encontrava-se em equilíbrio, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit, em função do aumento nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente neste parecer, e da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2022.

No período compreendido entre dezembro/2021 e novembro/2022, a meta atuarial do Plano foi de 11,25%, composta pelo INPC de 5,97% mais taxa de juros de 4,98%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 9,70% (dezembro/22) conforme informação repassada pela *Brasileiros*, representando uma perda atuarial de 1,41%.

NATUREZA DO RESULTADO

O déficit apresentado em 31/12/2022 foi originado, principalmente, em função de perdas atuariais da rentabilidade do exercício (origem conjuntural).

Esclarecemos que a duração do passivo corresponde a 9,5075 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2022. Observando os critérios previstos na legislação em vigor, o ajuste de precificação, apurado pela *Brasileiros*, montava R\$ 13.654.584,00.

O resultado negativo do exercício de 2022 (R\$ 28.263.244,09) foi rateado entre as Patrocinadoras, considerando a proporção das parcelas de Benefício Definido do Plano referente aos Benefícios Concedidos e os Saldos com Garantia de Renda Vitalícia dos Benefícios a Conceder, vinculadas a cada uma delas, conforme mostrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Valores em 31/12/2022			
	AMPLA	BRASILETROS	ENEL	TOTAL
Concedidos	23.366.199,70	347.545,30	-	23.713.745,00
A Conceder	4.163.172,96	25.616,43	360.709,70	4.549.499,09
Total	27.529.372,66	373.161,73	360.709,70	28.263.244,09

O resultado do exercício de 2022, apresentado anteriormente, somando ao Saldo Devedor dos Contratos de Dívida, referentes ao equacionamento do resultado deficitário apurado em 31/12/2014, é apresentado a seguir:



DESCRIÇÃO	Valores em 31/12/2022			
	AMPLA	BRASILETROS	ENEL	TOTAL
Saldo devedor ANTES da incorporação	97.655.033,49	137.196,29	-	97.792.229,78
Resultado apurado em 31/12/2022	27.529.372,66	373.161,73	360.709,70	28.263.244,09
Saldo devedor DEPOIS da incorporação	125.184.406,15	510.358,02	360.709,70	126.055.473,87

- I A parte do déficit que cabe a Patrocinadora AMPLA foi acrescida ao contrato de confissão de dívida vigente com cláusula atuarial;
- II A parte do déficit que cabe a Patrocinadora BRASILETROS foi incorporada à conta Déficit Equacionado da Provisão Matemática a constituir, sendo que a parcela referente aos benefícios concedidos será paga à vista;
- III Para a parte do déficit que cabe a Patrocinadora ENEL, foram utilizados os recursos a ela conferidos do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, correspondente a R\$ 98.003,54 em 31/12/2022, amortizando-a parcialmente. O restante será equacionado integralmente ao longo do exercício de 2023.

Desta forma, demonstra-se a seguir a situação patrimonial de 31/12/2022 do PACV, com a elevação do Patrimônio Social e, conseqüentemente, do Patrimônio de Cobertura do Plano, após a incorporação ao saldo devedor do Contrato de dívida da AMPLA referente ao Déficit Técnico Contrato, registrado nos Ativos Financeiros do Plano, do montante a ela atribuível no rateio do resultado deficitário em 31/12/2022 (R\$ 28.263.244,09), e o registro das parcelas atribuíveis às demais Patrocinadoras no referido rateio:

Conta	Nome	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	125.762.902,25
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.02.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.02.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.02.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	125.184.406,15
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.03.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	125.184.406,15
1.02.01.01.04.03.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
1.02.01.01.04.98.00	OUTRAS CONTRATAÇÕES	578.496,10
1.02.01.01.04.98.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
1.02.01.01.04.98.02	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA ATUARIAL	578.496,10
1.02.01.01.04.98.03	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULAS FINANCEIRA E ATUARIAL	-
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	555.808.179,20

Conta	Nome	R\$
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	549.294.705,34
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	549.294.705,34
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	337.512.903,62
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	5.167.321,62
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos – Constituído	5.167.321,62
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	332.345.582,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	299.556.855,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	32.788.727,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	212.554.865,90
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	202.021.365,12
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	105.756.596,59
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	95.628.732,72
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	614.866,04
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	21.169,77
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	9.665.743,78
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.665.743,78
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	867.757,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	867.757,00
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(773.064,18)
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.01.1	BRASILETROS	(137.196,29)
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.03.01.01.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	(635.867,89)
2.03.01.01.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	(635.867,89)
2.03.01.01.03.03.01.1	BRASILETROS	(373.161,73)
2.03.01.01.03.03.01.2	ENEL	(262.706,16)
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-

Conta	Nome	R\$
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	6.513.473,86
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	2.822.312,10
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	798.230,92
2.03.02.01.01.00.00.01	AMPLA	732.938,35
2.03.02.01.01.00.00.02	BRASILETROS	65.292,57
2.03.02.01.01.00.00.03	ENEL	98.003,54
2.03.02.01.01.00.00.04	PARCELA DEDUZIDA DO SALDO - ENEL	(98.003,54)
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	2.024.081,18
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.389.593,40
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.389.593,40
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	301.568,36

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo Previdencial registrado na conta Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com recursos da parcela do saldo de conta do participante formada pelas contribuições das Patrocinadoras, as quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado do Plano antes de atingirem a elegibilidade ao benefício. Os saldos serão destinados pelo Conselho Deliberativo e deverão estar embasados no Plano de Custeio Anual e Parecer do Atuário, além de observar os dispositivos legais.

O Fundo Previdencial registrado na conta Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial é constituído pela diferença positiva entre o saldo da Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo, mantida e atualizada pela *Brasiletros*, e o Valor Atual dos Benefícios não programados da provisão matemática de benefícios a conceder. Ao Fundo serão incorporados os ganhos e perdas atuariais.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

Custeio dos participantes

Participante Ativo efetuará Contribuição Básica mensal resultante da aplicação sobre o seu Salário Real de Contribuição de um percentual inteiro, determinado a seu critério, observando-se o mínimo de 2% (dois por cento).

O participante Autopatrocinado efetuará Contribuição Básica mensal resultante da aplicação sobre o seu Salário Real de Contribuição de um percentual inteiro, determinado a seu critério, observando-se o mínimo de 4% (quatro por cento).

Custeio dos participantes

As Patrocinadoras efetuarão Contribuição Normal mensal equivalente a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica efetuada pelo participante Ativo, até o máximo de 5% (cinco por cento) do seu Salário Real de Contribuição.

Custeio dos Assistidos

Não aplicável

Custeio das despesas administrativas

O custo intencionado para a cobertura das despesas administrativas do PACV monta o valor de R\$ 1.526.203,37, correspondente ao percentual de 1,24% a ser descontado da folha de Salário Real de Contribuição de 01/2023 a 12/2023, incluso o 13º. O custeio das despesas administrativas relativas aos participantes Autopatrocinados é de sua responsabilidade e se dará da mesma forma estabelecida para as Patrocinadoras.

Contrato Niterói

A Patrocinadora AMPLA deverá efetuar contribuição extraordinária em 2023 para amortização do Contrato de Financiamento do acréscimo nas Provisões Matemáticas do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável decorrente da alteração da hipótese de Crescimento Real de Benefício, cujos valores são mantidos sob controle da Fundação, sendo o saldo em 31/12/2022, registrado nos Ativos Financeiros do Plano na Conta – Operações Contratadas, no valor R\$ 578.496,10. O contrato tem vigência até 30/04/2023, sendo o prazo remanescente de amortização de 4 meses a partir de 31/12/2022.



Contrato Déficit Equacionado

Caberá ainda à Patrocinadora AMPLA efetuar contribuição extraordinária em 2023 no valor de R\$ 20.399.475,64, apurada em 31/12/2022, e paga em 12 parcelas mensais, para amortização do Contrato de Confissão de Dívida de equacionamento de déficit, cujo saldo em 31/12/2022, registrado nos Ativos Financeiros do Plano, na Conta – Operações Contratadas – Déficit Técnico Contratado, é de R\$ 125.184.406,25, já acrescido do montante de R\$ 27.529.372,66 correspondente a parcela do rateio do resultado de 2022 do PACV a ela atribuível.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar vinculado à Patrocinadora AMPLA poderá ser utilizado na amortização da sua dívida contratada, enquanto houver recursos.

O contrato tem vigência até 31/03/2030, sendo o prazo remanescente de amortização do contrato da patrocinadora AMPLA de 7 anos e 3 meses a partir de 31/12/2022.

Da mesma forma, caberá à Patrocinadora BRASILETROS efetuar contribuição extraordinária em 2023, apurada em 31/12/2022 no valor de R\$ 374.076,51, sendo que o montante de R\$ 347.545,30 referente à parcela do déficit do benefício concedido deverá ser quitado em parcela única, conforme o disposto no Plano de Equacionamento do Déficit da Avaliação Atuarial de 2014, e R\$ 26.531,21 que será pago em parcelas mensais durante o ano de 2023.

O valor de R\$ 26.531,21, equivalente a aproximadamente 1,26% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes Ativos, e pagas em 13 parcelas mensais, para amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado a ela atribuída, cujos valores são mantidos sob controle da Fundação.

O Plano de Equacionamento de Déficit tem vigência até 31/03/2030, sendo o prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado da Patrocinadora BRASILETROS é de 7 anos e 3 meses a partir de 31/12/2022.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar vinculado à Patrocinadora ENEL foi utilizado na amortização parcial da parcela do resultado apurado em 31/12/2022 atribuível a ela (R\$ 98.003,54).

O valor remanescente, R\$ 262.706,16, a ser pago em 2023, poderá ser quitado em 13 parcelas mensais para amortização da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado a ela atribuída, cujos valores são mantidos sob controle da Fundação. O total da dívida poderá ser quitado à vista no referido ano, bastando a patrocinadora efetuar a contribuição das parcelas remanescentes.

Do ponto de vista atuarial, não fazemos óbice à utilização do referido Fundo para pagamento da parcela do resultado de responsabilidade da Patrocinadora, uma vez que o Fundo vinculado à esta tem recursos suficientes para quitar o saldo devedor e que esta utilização não traz impacto ao resultado do Plano.

Evolução dos Custos

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que são determinados já considerando a hipótese de crescimento salarial e todos os compromissos futuros.

Os custos apurados para 2023 refletem um pequeno aumento em relação ao apresentado para o exercício de 2022, devido ao acréscimo da massa de participantes.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PACV com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM 2023
Custo Normal	4,19%	4.913.200
AMPLA	4,12%	3.725.060
BRASILETROS	4,53%	95.133
ENEL	4,44%	1.093.007
Custo extraordinário	18,44%	21.614.754
AMPLA – Prestação Contrato Niterói	0,64%	578.496
AMPLA – Prestação Déficit	24,42%	20.399.476
BRASILETROS – Contribuição Déficit (referente ao Benefício a Conceder)	1,26%	26.531
BRASILETROS – Contribuição Déficit (referente ao Benefício Concedido)	16,56%	347.545
ENEL – Contribuição Déficit	72,83%	262.706



Participantes Ativos e Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM 2023
Contribuição Normal	5,27%	6.648.009

Os participantes Ativos e Autopatrocinados deverão efetuar contribuições equivalente à taxa média estimada em 5,27% do salário, ou R\$ 6.648.008,71, em moeda de 31/12/2022, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023, exceto para as contribuições amortizantes que se iniciam em 1º de abril de 2023.

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV da *Brasileiros* está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições para manter este status.

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2023

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA N° 920

Sinaya Pereira
MIBA N° 2.621



INVESTIMENTOS



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD – Benefício Definido), PACV (CV – Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos.

PGA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

INDICE DE REFERÊNCIA

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PGA	105% CDI
Renda Fixa	105% CDI

PCA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	53,50%	34,50%	100,00%
Renda Variável	70%	14,00%	0,00%	24,00%
Investimentos Estruturados	20%	12,00%	0,00%	16,50%
Investimento no Exterior	10%	8,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	12,00%	0,00%	13,00%
Operações com Participantes	15%	0,50%	0,00%	2,00%

TAXA MINIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PCA	INPC + 4,98%
Renda Fixa	INPC + 4,98%
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 4,98%
Operações com Participantes	INPC + 4,98%

PACV

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	56,48%	43,50%	100,00%
Renda Variável	70%	20,00%	0,00%	27,00%
Investimentos Estruturados	20%	13,00%	0,00%	17,00%
Investimentos no Exterior	10%	10,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,02%	0,00%	0,50%
Operações com Participantes	15%	0,50%	0,00%	2,00%

INDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PACV	INPC + 5,00%
Renda Fixa	INPC + 5,00%
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 5,00%
Operações com Participantes	INPC + 5,00%



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2023

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD – Benefício Definido), PACV (CV – Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos.

PGA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%

INDICE DE REFERÊNCIA

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PGA	105% CDI
Renda Fixa	105% CDI

PCA

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	57,69%	34,50%	100,00%
Renda Variável	70%	12,15%	0,00%	24,00%
Investimentos Estruturados	20%	12,92%	0,00%	16,50%
Investimento no Exterior	10%	5,55%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	11,69%	0,00%	13,00%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	2,00%

TAXA MINIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PCA	INPC + 4,73%
Renda Fixa	INPC + 4,73%
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 4,73%
Operações com Participantes	INPC + 4,73%

PACV

ALOCAÇÃO

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	63,77%	43,50%	100,00%
Renda Variável	70%	16,28%	0,00%	27,00%
Investimentos Estruturados	20%	11,31%	0,00%	17,00%
Investimentos no Exterior	10%	8,64%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	0,50%
Operações com Participantes	15%	0,00%	0,00%	2,00%

INDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

PLANO / SEGMENTO	INDICE DE REFERÊNCIA
PACV	INPC + 4,83%
Renda Fixa	INPC + 4,83%
Renda Variável	IBrX-100
Investimentos Estruturados	CDI + 2% a.a.
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Imobiliário	INPC + 4,83%
Operações com Participantes	INPC + 4,83%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PGA - 2022

Segmento	Alocação		PI 2022
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	8.511	100,00%	100,00%
TOTAL	8.511	100,00%	100,00%

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PCA - 2022

Segmento	Alocação		PI 2022
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa*	551.833	59,11%	53,50%
Renda Variável	102.355	10,96%	14,00%
Investimentos Estruturados	117.844	12,62%	12,00%
Investimentos no Exterior	52.231	5,60%	8,00%
Imobiliário	107.517	11,52%	12,00%
Operações com Participantes	1.719	0,18%	0,50%
TOTAL	933.500	100,00%	100,00%

* Para composição de patrimônio incluímos o valor da OFND

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PACV- 2022

Segmento	Alocação		PI 2022
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	285.031	66,75%	56,48%
Renda Variável	62.853	14,72%	20,00%
Investimentos Estruturados	39.885	9,34%	13,00%
Investimentos no Exterior	37.254	8,72%	10,00%
Imobiliário	3	0,00%	0,02%
Operações com Participantes	1.992	0,47%	0,50%
TOTAL	427.017	100,00%	100,00%

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PGA - 2022 - PARTE 2

Segmento	Fundo	TIPO DE APLICAÇÃO	TIPO DE GESTÃO	TIPO DE FUNDO	R\$ MIL	RENTABILIDADE ACUMULADA
Renda Fixa	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	8.511	12,56%
	Total Renda Fixa				8.511	12,56%

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PCA - 2022 - PARTE 2

Segmento	Fundos	TIPO DE APLICAÇÃO	TIPO DE GESTÃO	TIPO DE FUNDO	R\$ MIL	RENTABILIDADE ACUMULADA
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	Terceirizada	ALM - Gestão Passiva / Titulos "na curva"	Exclusivo	473.934	12,34%
	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	3.024	2,81%
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP	Terceirizada	Crédito Privado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	26.806	4,86%
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP (*)	Terceirizada	RF - Gestão Passiva	Não Exclusivo	-	4,03%
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	Terceirizada	RF - Gestão Passiva	Não Exclusivo	6	2,55%
	OUTROS	Valores a Receber/ Pagar	-	-	9	-
	Total Renda Fixa					503.778
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	41.446	-14,68%
	SMALL CAP VALUATION IB FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	31.862	-10,07%
	BOGARI VALUE FIC FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	29.050	-24,48%
	OUTROS	Valores a Receber/ Pagar	-	-	(3)	-
Total Renda Variável					102.355	-16,69%



Segmento	Fundos	Tipo de Aplicação	Tipo de Gestão	Tipo de Fundo	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	Terceirizada	Fundo de Participação - Gestão Ativa	Não Exclusivo	586	-64,03%
	IBIUNA HEDGE ST FP FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	36.725	15,88%
	PANDHORA ESSENCIAL FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	32.319	3,88%
	VISTA HEDGE FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	48.217	13,57%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(3)	-
Total Investimentos Estruturados					117.844	12,14%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	27.602	-24,14%
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	24.631	-21,08%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(1)	-
Total Investimentos no Exterior					52.231	-22,75%
IMOBILIÁRIO	NITERÓI	Própria	Imóvel para Renda	-	96.400	-3,82%
	PETRÓPOLIS	Própria	Imóvel para Renda	-	7.317	7,00%
	MAGÉ	Própria	Imóvel para Renda	-	3.800	-6,10%
	Total Imobiliário					107.517
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Total Operações com Participantes	Própria	Empréstimo pessoal para participantes	-	1.719	19,89%
PRECATÓRIO	OFND	Valores a Receber/Pagar	-	PRECATÓRIO	48.055	0,55%
	TOTAL					933.500,0

(*) Fundo resgatado em 2022

ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO - PACV - 2022 - PARTE 2

Segmento	Fundos	TIPO DE APLICAÇÃO	TIPO DE GESTÃO	TIPO DE FUNDO	R\$ MIL	RENTABILIDADE ACUMULADA
RENDA FIXA	BRASIL PLURAL FI ENERGIE RF	Terceirizada	ALM - Gestão Passiva / Titulos "na curva"	Exclusivo	179.736	11,96%
	FIM FUNBR	Terceirizada	CDI - Gestão Ativa	Exclusivo	78.784	12,53%
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP	Terceirizada	Crédito Privado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	26.504	10,93%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	6	-
	Total Renda Fixa					285.031
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	25.514	-14,68%
	SMALL CAP VALUATION IB FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	19.531	-10,07%
	BOGARI VALUE FIC FIA	Terceirizada	RV Valor - Gestão Ativa	Não Exclusivo	17.810	-24,48%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(2)	-
Total Renda Variável					62.853	-16,69%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	Terceirizada	Fundo de Participação - Gestão Ativa	Não Exclusivo	391	-64,03%
	IBIUNA HEDGE ST FP FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	15.071	15,88%
	PANDHORA ESSENCIAL FIC FIM	Terceirizada	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	6.015	3,88%
	VISTA HEDGE FIC FIM	Valores a Receber/Pagar	Multimercado Estruturado - Gestão Ativa	Não Exclusivo	18.410	13,57%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(1)	-
	Total Investimentos Estruturados					39.885
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	19.652	-24,14%
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	Terceirizada	Fundo no Exterior - Gestão Ativa	Não Exclusivo	17.602	-21,08%
	OUTROS	Valores a Receber/Pagar	-	-	(1)	-
Total Investimentos no Exterior					37.254	31,90%
IMOBILIÁRIO	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII (***)	Terceirizada	Gestão Ativa - em desinvestimento	Não Exclusivo	2,5	-74,62%
	Total Imobiliário					2,5
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	Total Operações com Participantes	Própria	Empréstimo pessoal para participantes	-	1.992	16,61%
TOTAL					427.017	3,04%

(***) Fundo em fase de encerramento/desinvestimento.

TAXAS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

PGA

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	FIM FUNBR	0,11	-

PCA

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	0,05	-
	FIM FUNBR	0,11	-
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP	0,40	20% exceder IMA-B 5
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	0,10	-
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	0,90	-
	SMALL CAP VALUATION IB FIA	2,00	15% exceder ISMLL
	BOGARI VALUE FIC FIA	2,00	20% exceder Ibovespa
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,10	-
	IBIUNA HEDGE ST FP FIC FIM	2,00	20% exceder CDI
	PANDHORA ESSENCIAL FIC FIM	1,50	20% exceder CDI
	VISTA HEDGE FIC FIM	2,00	20% exceder CDI
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	0,30	-
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	0,08	-

PACV

SEGMENTO	FUNDOS	Tx. Administração/Gestão % a.a.	Tx. Performance % a.a.
RENDA FIXA	BP FI ENERGIE RF	0,05	-
	FIM FUNBR	0,11	-
	ICATU VANG. INFLAÇÃO CRED PRIVADO LP	0,40	20% exceder IMA-B 5
RENDA VARIÁVEL	SULAMERICA SELECTION FIA	0,90	-
	SMALL CAP VALUATION IB FIA	2,00	15% exceder ISMLL
	BOGARI VALUE FIC FIA	2,00	20% exceder Ibovespa
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVAVÉL FIP	1,10	-
	IBIUNA HEDGE ST FP FIC FIM	2,00	20% exceder CDI
	PANDHORA ESSENCIAL FIC FIM	1,50	20% exceder CDI
	VISTA HEDGE FIC FIM	2,00	20% exceder CDI
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI	0,30	-
	BB MULTIMERCADO SCHRODER IE FI	0,08	-
IMOBILIÁRIO	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII (**)	1,30	-

(**) A taxa de administração aprovada em Assembleia de 21/12/2020 prevê uma taxa equivalente a 50% do piso previsto no regulamento.

DESPESAS COM INVESTIMENTOS

A tabela a seguir contempla as despesas internas com investimentos e as despesas externas de fundos exclusivos e da custódia centralizada por plano.

PCA

Despesas dos Investimentos	PCA	PACV	PGA	Total	Part %
Internas	5.122.495	935.792	-	6.058.287	82,86%
Repasso para o PGA	2.409.111	842.104	-	3.251.215	44,46%
Despesas com Imóveis	2.489.909	-	-	2.489.909	34,05%
Despesas com Empréstimos	981	-	-	981	0,01%
Despesas Jurídicas/FIP	140.532	93.688	-	234.220	3,20%
Outras	81.963	-	-	81.963	1,12%
Externas	1.827.141	363.315	14.582	2.205.038	37,00%
Taxa de Administração	184.525	21.286	2.393	208.204	3,49%
Taxa de Custódia	26.589	50.304	-	76.892	1,29%
Taxa de Controladoria	3.405	15.282	145	18.832	0,32%
Taxa de Gestão	461.060	100.578	2.081	563.718	9,46%
Taxa de Performance	10.267	51.076	7.266	68.608	1,15%
Taxa de Permanência	882.512	-	-	882.512	14,81%
Taxa Selic / Cetip	132.292	43.781	342	176.414	2,96%
Taxa CVM	38.573	54.897	264	93.734	1,57%
Taxa Anbima	1.028	5.360	3	6.391	0,11%
Auditoria	46	-	-	46	0,00%
Corretagem / Emolumentos	821	4.086	581	5.489	0,09%
Cartório / Book / Outros	86.022	16.667	1.507	104.196	1,75%
Despesas Totais	6.056.810	1.247.759	7.291	7.311.860	

Os valores pagos pela Brasieltros no plano PCA em Fundos não Exclusivos a título de Taxa de Administração e Taxa de Performance durante o exercício de 2022 foi de R\$ 2,0 milhões e R\$ 326 mil, respectivamente.

Os valores pagos pela Brasieltros no plano PACV em Fundos não Exclusivos a título de Taxa de Administração e Taxa de Performance durante o exercício de 2022 foi de R\$ 1,3 milhões e R\$ 156 mil, respectivamente.





CONTABILIDADE



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
ATIVO		
DISPONÍVEL	208	228
REALIZÁVEL	1.542.261	1.543.954
Gestão Previdencial (Nota 4)	173.017	194.940
Gestão Administrativa (Nota 5)	139	691
Investimentos	1.369.105	1.248.323
Fundos de Investimentos (Nota 6.1)	1.209.740	1.235.650
Investimentos em Imóveis (Nota 6.2)	107.210	108.804
Operações com Participantes (Nota 6.3)	3.792	3.579
Recursos a Receber - Precatórios (Nota 6.4)	48.363	290
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	156	194
Imobilizado	156	194
TOTAL DO ATIVO	1.542.625	1.544.376
PASSIVO		
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 7)	2.996	3.986
Gestão Previdencial	2.128	3.253
Gestão Administrativa	705	683
Investimentos	163	50
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 8)	83.837	91.263
Gestão Previdencial	83.711	91.211
Gestão Administrativa	126	52
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.455.792	1.449.127
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 9)	1.438.389	1.432.338
Provisões Matemáticas	1.490.015	1.432.338
Benefícios Concedidos	1.276.185	1.225.046
Benefícios a Conceder	214.603	207.762
(-) Provisões Matemáticas a Constituir (Nota 9.2)	(773)	(470)
Equilíbrio Técnico	(51.626)	-
Resultados Realizados	(51.626)	-
(-) Déficit Técnico Acumulado (Nota 9.1)	(51.626)	-
Fundos (Nota 11)	17.403	16.789
Fundos Previdenciais	7.525	8.639
Fundos Administrativos	8.033	6.500
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	1.845	1.650
TOTAL DO PASSIVO	1.542.625	1.544.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.449.127	1.365.122	6,15
1. Adições	156.779	217.506	(27,92)
Contribuições Previdenciais	55.216	107.086	(48,44)
Portabilidade	468	782	(40,15)
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	91	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	91.855	101.977	(9,93)
Receitas Administrativas	8.110	7.044	15,13
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão administrativa (Nota 6.4)	845	171	394,15
Reversão líquida de contingências - Gestão Administrativa	-	205	(100)
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	194	241	(19,50)
2. Deduções	(150.114)	(133.501)	12,44
Benefícios	(121.249)	(114.754)	5,66
Resgates	(3.177)	(1.685)	88,55
Portabilidades	(16)	(123)	(86,99)
Desoneração de Contribuição de Patrocinador(es)	(1.222)	(1.950)	(37,33)
Outras Deduções	(534)	(2.357)	(77,34)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(16.494)	(5.873)	180,84
Despesas Administrativas	(7.346)	(6.759)	8,68
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(76)	-	100
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.665	84.005	(92,07)
Provisões Matemáticas	57.677	90.883	(36,54)
) Déficit Técnico do Exercício	(51.626)	-	(100)
Fundos Previdenciais	(1.114)	(7.779)	(85,68)
Fundos Administrativos	1.533	661	131,92
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	195	240	(18,75)
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)	1.455.792	1.449.127	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	985.474	1.018.551	(3,25)
Disponível	77	84	(8,33)
Recebíveis Previdencial	51.898	94.304	(44,97)
Investimento	933.499	924.163	1,01
Fundos de Investimentos (Nota 6.1)	776.207	813.368	(4,57)
Investimentos em Imóveis (Nota 6.2)	107.210	108.804	(1,47)
Operações com Participantes (Nota 6.3)	1.719	1.701	1,06
Recursos a Receber – Precatórios (Nota 6.4)	48.363	290	16.576,90
2. Obrigações	85.491	94.102	(9,15)
Operacional (Nota 7)	1.780	2.891	(38,43)
Contingencial (Nota 8)	83.711	91.211	(8,22)
3. Fundos não Previdenciais	6.186	5.600	10,46
Fundos Administrativos (Nota 11)	4.643	4.234	9,66
Fundos para Garantia das Operações com Participantes (Nota 11)	1.543	1.366	12,96
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	893.797	918.849	(2,73)
Provisões Matemáticas	940.720	912.358	3,11
Déficit Técnico (Nota 9.1)	(51.626)	-	(100)
Fundos Previdenciais (Nota 11)	4.703	6.491	(27,55)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13)			
a) Equilíbrio Técnico	(51.626)	-	(100)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	46.773	40.127	16,56
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(4.853)	40.127	(112,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	556.320	525.090	5,95
Disponível	72	81	(11,11)
Recebíveis Previdencial	129.152	107.136	20,55
Investimento	427.096	417.873	2,21
Fundos de Investimentos (Nota 6.1)	425.023	415.995	2,17
Operações com Participantes (Nota 6.3)	2.073	1.878	10,38
2. Obrigações	511	412	24,03
Operacional (Nota 7)	511	412	24,03
3. Fundos não Previdenciais	3.692	2.550	44,78
Fundos Administrativos (Nota 11)	3.390	2.266	49,6
Fundos para Garantia das Operações com Participantes (Nota 12)	302	284	6,34
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	552.117	522.128	5,74
Provisões Matemáticas	549.295	519.980	5,64
Fundos Previdenciais (Nota 11)	2.822	2.148	31,38
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13)			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.655	8.305	64,41
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	13.655	8.305	64,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	918.849	875.557	4,94
1. Adições	87.052	140.739	(38,15)
Contribuições	6.824	61.467	(88,9)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial (Nota 6.5)	80.137	79.271	1,09
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	91	-	100
Outras Adições	-	1	(100)
2. Deduções	(112.104)	(97.447)	15,04
Benefícios	(92.717)	(87.192)	6,34
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(16.486)	(5.870)	180,85
Custeio Administrativo (Nota 12.1)	(2.367)	(2.539)	(6,77)
Outras Deduções	(534)	(1.846)	(71,07)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(25.052)	43.292	(157,87)
Provisões Matemáticas	28.362	50.240	(43,55)
Fundos Previdenciais	(1.788)	(6.948)	(74,27)
Déficit Técnico do Exercício (Nota 9.1)	(51.626)	-	(100)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	893.797	918.849	(2,73)
C) Fundos não Previdenciais	586	944	(37,92)
Fundos Administrativos	409	750	(45,47)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	177	194	(8,76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	522.128	482.316	8,25
1. Adições	65.431	73.214	(10,63)
Contribuições	53.245	49.726	7,08
Portabilidade	468	782	(40,15)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial (Nota 6.5)	11.718	22.706	(48,39)
2. Deduções	(35.442)	(33.402)	6,11
Benefícios	(28.532)	(27.562)	3,52
Resgates	(3.177)	(1.688)	88,55
Portabilidade	(16)	(123)	(86,99)
Desoneração de Contribuição de Patrocinador(es)	(1.222)	(1.950)	(37,33)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(8)	(3)	166,67
Custeio Administrativo (Nota 12.1)	(2.487)	(1.569)	58,51
Outras Deduções	-	(510)	(100)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	29.989	39.812	(24,67)
Provisões Matemáticas	29.315	40.643	(27,87)
Fundos Previdenciais	674	(831)	181,11
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	552.117	522.128	5,74
C) Fundos não Previdenciais	1.142	(43)	2.755,81
Fundos Administrativos	1.124	(89)	1.362,92
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	18	46	(60,87)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	980.831	1.014.317	(3,3)
1. Provisões Matemáticas	940.720	912.358	3,11
1.1. Benefícios Concedidos	938.672	910.432	3,1
Benefício Definido	938.672	910.432	3,1
Benefício a Conceder	2.048	1.926	6,33
Benefício Definido	2.048	1.926	6,33
2. Equilíbrio Técnico (Nota 9.1)	(51.626)	-	(100)
2.1. Resultados Realizados	(51.626)	-	(100)
(-) Déficit técnico acumulado	(51.626)	-	(100)
3. Fundos	6.246	7.857	(20,5)
3.1. Fundos Previdenciais (Nota 11)	4.703	6.491	(27,55)
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial (Nota 11)	1.543	1.366	12,96
4. Exigível Operacional (Nota 7)	1.780	2.891	(38,43)
4.1. Gestão Previdencial	1.639	2.852	(42,53)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	141	39	261,54
5. Exigível Contingencial	83.711	91.211	(8,22)
5.1. Gestão Previdencial (Nota 8)	83.711	91.211	(8,22)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	552.930	522.824	5,76
1. Provisões Matemáticas	549.295	519.980	5,64
1.1. Benefícios Concedidos	337.513	314.614	7,28
Contribuição Definida	5.167	6.377	-18,97
Benefício Definido	332.346	308.237	7,82
1.2. Benefício a Conceder	212.555	205.836	3,26
Contribuição Definida	202.022	194.911	3,65
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	105.757	101.613	4,08
Saldo de contas - parcela participantes	96.265	93.298	3,18
Benefício Definido	10.533	10.925	-3,59
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir (Nota 9.2)	-773	-470	64,47
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	-137	-119	15,13
(-) Patrocinador(es)	-137	-119	15,13
(+/-) Por ajuste das contribuições extraordinárias	-636	-351	81,2
(+/-) Patrocinador(es)	-636	-351	81,2
2. Equilíbrio Técnico (Nota 9.2)	-	-	-
3. Fundos	3.124	2.432	28,45
3.1. Fundos Previdenciais (Nota 11)	2.822	2.148	31,38
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial (Nota 11)	302	284	6,34
4. Exigível Operacional (Nota 7)	511	412	24,03
4.1. Gestão Previdencial	489	401	21,95
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	11	100
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO - PGA

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	6.500	5.839	11,32
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.955	7.215	24,12
1.1. Receitas (Nota 12.1)	8.955	7.215	24,12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.854	4.108	18,16
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.227	2.913	10,78
Taxa de Administração de Empréstimo e Financiamentos	24	23	4,35
Receitas Diretas	5	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos (Notas 6.4)	845	171	394,15
2. Despesas Administrativas	(7.346)	(6.759)	8,68
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(7.346)	(6.759)	8,68
Pessoal e Encargos (Nota 12.2)	(3.710)	(3.678)	0,87
Treinamentos/Congressos e Seminários	(59)	(45)	31,11
Viagens e Estádias	(27)	(6)	350
Serviços de Terceiros (Nota 12.3)	(2.256)	(2.037)	10,75
Despesas Gerais	(389)	(494)	(21,26)
Depreciações e Amortizações	(52)	(58)	(10,34)
Tributos	(522)	(441)	18,37
Outras Despesas	(331)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(76)	205	(137,07)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	1.533	661	131,92
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.533	661	131,92
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	8.033	6.500	23,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BENEFÍCIOS - PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.234	3.484	21,53
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.320	4.816	10,47
1.1. Receitas (Nota 12.1)	5.320	4.816	10,47
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.367	2.539	(6,77)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.399	2.165	10,81
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	10	11	(9,09)
Receitas Diretas	3	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	541	101	435,64
2. Despesas Administrativas	(4.869)	(4.190)	16,21
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(4.869)	(4.190)	16,21
Pessoal e Encargos	(2.339)	(2.170)	7,79
Treinamentos/Congressos e Seminários	(37)	(27)	37,04
Viagens e Estádias	(17)	(4)	325
Serviços de Terceiros	(1.657)	(1.400)	18,36
Despesas Gerais	(246)	(292)	(15,75)
Depreciações e Amortizações	(33)	(34)	(2,94)
Tributos	(328)	(263)	24,71
Outras Despesas	(212)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(42)	124	(133,87)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	409	750	(45,47)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	409	750	(45,47)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	4.643	4.234	9,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.266	2.355	(3,78)
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.635	2.399	51,52
1.1. Receitas (Nota 12.1)	3.635	2.399	51,52
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.487	1.569	58,51
Custeio Administrativo dos Investimentos	828	748	10,7
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	14	12	16,67
Receitas Diretas	2	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	304	70	334,29
2. Despesas Administrativas	(2.477)	(2.569)	(3,58)
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(2.477)	(2.569)	(3,58)
Pessoal e Encargos	(1.371)	(1.508)	(9,08)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(22)	(18)	22,22
Viagens e Estádias	(10)	(2)	400
Serviços de Terceiros	(599)	(637)	(5,97)
Despesas Gerais	(143)	(202)	(29,21)
Depreciações e Amortizações	(19)	(24)	(20,83)
Tributos	(194)	(178)	8,99
Outras Despesas	(119)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(34)	81	(141,98)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	1.124	(89)	1.362,92
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.124	(89)	1.362,92
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.390	2.266	49,6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Fundação" ou "Brasiletros") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência - MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos planos são principalmente as contribuições dos participantes e das patrocinadoras e a rentabilidade dos investimentos. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações da Fundação são fiscalizadas pelo Ministério da Economia, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Estão, assim, sujeitas ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses principalmente dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e, especialmente, o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 4.994, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA). Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 9, de 17 de janeiro de 2006.

A Resolução nº 31, de 11 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que instituiu o CNPJ por plano de benefícios, sem personalidade jurídica própria, teve vigência postergada para 30 de junho de 2023. Em outubro de 2022, a PREVIC disponibilizou os CNPJs cadastrados na Receita Federal do Brasil para os planos de benefícios existentes.



PLANO DE BENEFÍCIO	CNPJ	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADORES
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	48.306.544/0001-02	1972000111	BD	Ampla Energia e Serviços S.A.
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	48.307.031/0001-16	1999000374	CV	Ampla Energia e Serviços S.A. Brasileiros e Enel Brasil S.A.

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - BD - PCA

O Plano de Complementação de Aposentadoria prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Contribuição.
- Aposentadoria Especial e do Ex-Combatente.
- Aposentadoria por Idade.
- Benefício Proporcional Diferido.
- Aposentadoria por Invalidez.
- Pensão por morte.

Este plano encontra-se em extinção desde 8 de janeiro de 1999, estando fechado a novas adesões de participantes.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - CV - PACV

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria Normal.
- Aposentadoria Antecipada.
- Invalidez.
- Pensão por Morte.
- Benefício Proporcional Diferido.

Composição do quadro de participantes da Fundação:

DESCRIÇÃO	2022			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Totais	1.763	1.965	3.728	1.812	1.854	3.666
Participantes ativos	1	1.042	1.043	1	944	945
Autopatrocinados	-	39	39	-	36	36
Diferidos	-	211	211	-	206	206
Assistidos	1.038	567	1.605	1.086	568	1.654
Pensionistas	724	106	830	725	100	825
Idade média	74	53	58	73	52	57
Participantes ativos	69	41	55	67	42	54
Autopatrocinados	-	46	46	-	44	44
Diferidos	-	43	43	-	43	43
Assistidos	77	67	72	77	68	72
Pensionistas	75	69	72	74	65	69

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Imobilizado e Intangível" abrange somente os bens utilizados na operação da Brasileiros e (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes.

A segregação dos registros contábeis possui duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações financeiras e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais.

As informações consideradas relevantes estão sendo divulgadas.

A Fundação não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, na data do fechamento das suas demonstrações financeiras.



Cada Plano de Benefício tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios PCA e PACV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A consolidação das demonstrações financeiras é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, os valores a pagar e a receber entre planos, dentre outros. No fechamento dos exercícios de 2022 e 2021 a Brasiletros efetuou a anulação da participação do fundo administrativo nos planos de benefícios finalizando o exercício com o saldo de R\$8.033 e R\$6.500, respectivamente.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações que irão evidenciar:

- Balanço Patrimonial - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA - Consolidado e por plano de benefício, o resultado da atividade administrativa da Funda o e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administra o em 09 de març o de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Conforme legisla o vigente, os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na apura o do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente da sua efetiva realiza o, bem como, as despesas, as deduções e variações negativas pagas ou incorridas no mês correspondente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente (devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes), os contratos de d vida firmados com as patrocinadoras e os valores depositados judicialmente relativos às contingências da gestão previdencial.

Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados, o saldo dos depósitos judiciais realizados e os valores a receber da taxa das Patrocinadoras.

Investimentos

Em atendimento   Instru o PREVIC n  31, de 20 de agosto de 2020 (observadas as altera es posteriores), os títulos e valores mobiliários devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negocia o

- Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem, em momentos de mercado favoráveis, negociados para a realiza o de ganhos. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.

A EFPC deve registrar os títulos e valores mobiliários na categoria de títulos para negocia o independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

Títulos mantidos até o vencimento

- Registra os títulos que a Funda o tem capacidade financeira para manter em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, que impactam o resultado do período.

A EFPC pode registrar os títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento em planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e em planos de contribuição variável e contribuição definida exclusivamente na fase de constituição e manutenção de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais, respeitando ainda a capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

A Política de Investimentos visa estabelecer as diretrizes de investimentos para o longo prazo e tem como referência os Estudos de ALM - Asset Liability Management (Aderência entre os fluxos de Ativos e Passivos) e otimiza o de composição de carteiras (Fronteira Eficiente). Revisões anuais no cenário macroecon mico podem ocorrer de forma a adequar a macroaloca o nos segmentos de investimentos.



Os investimentos da Fundação estão alocados em fundos de investimento exclusivos e não exclusivos registrados pelo valor da cota na data do balanço distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior. Uma parte dos recursos também está alocada no segmento imobiliário e operações com participantes.

Seguem os principais segmentos de investimentos:

A) Fundos de investimentos

a.1) Renda fixa

Os fundos classificados como “renda fixa” possuem, no mínimo 80% (oitenta por cento) da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados, via derivativos, aos principais fatores de risco da carteira, que são a variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou uma composição de ambos.

a.2) Ações

Os fundos classificados como “ações” devem possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

a.3) Multimercado e multimercado estruturado

Os fundos classificados como “multimercado” e “multimercado estruturado” possuem políticas de investimentos próprias com os fatores de risco inerentes, observada a alocação em renda fixa, câmbio, ações, dentre outros. Podem também utilizar instrumentos de derivativos, de acordo com as regras de legislação vigente, em suas carteiras.

a.4) Participações

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando, na maioria dos casos, do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

a.5) Investimento no exterior

Cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

a.6) Imobiliário

Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores, com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos etc.

B) Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa especializada contratada.

A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, determinou que a reavaliação imobiliária deve ser realizada, no mínimo anualmente, o que dispensa o registro da depreciação.

C) Operações com participantes

Os empréstimos são operações de mútuos concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos. A Fundação atualmente concede empréstimos apenas na modalidade simples.

O saldo apurado para as operações de financiamento imobiliário reflete a renegociação de um contrato, conforme tratativa autorizada pelo Conselho Deliberativo.

3.3. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição deduzida a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, sistema de comunicação e sistema de segurança
- 20% computadores e periféricos
- 25% refrigeradores e ventiladores

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos, associações e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

Gestão administrativa

Registra a folha de pagamento, a provisão de férias e seus respectivos encargos referentes aos colaboradores da Fundação, as despesas a pagar de serviços de terceiros e os tributos.

Investimentos

Registra os serviços de terceiros contratados relativos aos imóveis, tributos, custódia e controladoria das carteiras, taxas de administração de investimentos na gestão terceirizada dos recursos e gastos necessários para a recuperação de investimentos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos (vide Nota 8 - Exigível contingencial)

3.6. EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas representam o valor presente dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e os déficits técnicos a serem pagos pelas patrocinadoras Enel e Brasiletros, com cláusula de reajuste atuarial e calculadas pelo atuário externo Mercer Human Resource Consulting Ltda em 2022 e pela Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. em 2021.

3.7. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas deduzidas das despesas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Para determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano de benefício, a Fundação utiliza o seguinte critério:

Receitas: são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.

Despesas: registradas no plano de gestão administrativa, que até 31 de dezembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração previdencial e de investimentos e também em virtude das características dos planos administrados entre comum e específica, em 2021 passaram a ser registradas de forma consolidada.

Em virtude da apuração da participação dos planos previdenciais no fundo administrativo, a Fundação mantém o controle gerencial da origem e segregação dessas despesas alocadas em cada plano.

Os custos da gestão previdencial e de investimentos representaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, respectivamente, 54,55% e 45,45% (57,56% e 42,44% em 2021) do total geral das despesas comuns.

O critério de rateio das despesas comuns entre planos foi definido em razão do número de participantes de cada plano, no caso da gestão previdencial. Sendo assim, foi utilizado 50% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e 50% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em 2022 (51% e 49% em 2021). No caso das despesas comuns do investimento, estas foram rateadas em razão dos recursos garantidores de cada plano na data da elaboração do orçamento, sendo 69% para o PCA e 31% para o PACV em ambos os anos.

3.8. PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor de determinados instrumentos financeiros, valor dos ativos imobiliários, ativos intangíveis, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

DESCRIÇÃO	2022			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuições a receber	-	-	-	5	1.351	1.356
Patrocinadora Ampla Energia S.A.	-	-	-	5	1.237	1.242
Patrocinadora Enel Brasil S.A.	-	-	-	-	114	114
Contrato de dívida com a patrocinadora	-	125.762	125.762	46.214	103.519	149.733
Déficit equacionado	-	125.184	125.184	46.214	101.511	147.725
Outros	-	578	578	-	2.008	2.008
Depósitos judiciais	47.255	-	47.255	43.851	-	43.851
Total realizável da gestão previdencial	47.255	125.762	173.017	90.070	104.870	194.940



4.1. CONTRIBUIÇÕES A RECEBER

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o quarto dia útil do mês subsequente. Apenas as contribuições de autopatrocinados são escrituradas no regime de caixa.

4.2. CONTRATO DE DÍVIDA COM A PATROCINADORA

4.2.1. CONTRATO DE REFINANCIAMENTO DE COMPROMISSO DE RESERVA A AMORTIZAR - PCA

Em 1º de janeiro de 2002, foi assinado o contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização, no valor de R\$118.221, baseado em parecer atuarial.

O prazo do contrato foi de 240 meses, sendo 30 meses de carência para pagamento do principal, com pagamento da atualização monetária do saldo devedor pelo IGP-DI do mês anterior e juros compostos de 6% a.a. Após o período de carência iniciou-se em julho de 2004 a amortização do principal. A atualização estava vinculada ao INPC, acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora possuía cláusula de revisão atuarial na qual os déficits registrados no plano foram acrescidos e os superávits abatidos do saldo do contrato.

O saldo residual apurado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$46.214, foi incorporado ao Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar. A liquidação do montante final, devidamente atualizada, foi realizada no mês de março de 2022, em parcela única paga pela patrocinadora, extinguindo assim definitivamente o contrato de dívida.

A evolução é a seguinte:

	2022			2021		
	Serviço passado	Déficit equacionado	Total	Serviço passado	Déficit equacionado	Total
Saldo no início do exercício	-	46.214	46.214	23.536	78.288	101.824
Atualização monetária	-	1.123	1.123	1.372	5.358	6.730
Juros	-	574	574	672	2.648	3.320
Valores recebidos no exercício	-	(47.911)	(47.911)	(25.580)	(86.294)	(111.874)
Revisão atuarial	-	-	-	-	46.214	46.214
Saldo no final do exercício	-	-	-	-	46.214	46.214

4.2.2. CONTRATO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT DO PACV

O equacionamento do déficit é efetuado por contribuições extraordinárias da patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e pela utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e da patrocinadora. O déficit, integralmente assumido pela patrocinadora, no valor de R\$47.684, foi objeto de contrato de confissão de dívida no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente, com cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor do contrato será revisto ao final de cada ano, devidamente atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O resultado negativo apurado em 2022, no valor de R\$27.529, foi incorporado ao saldo do contrato de confissão de dívida vigente. Em 2021, o resultado incorporado foi de R\$25.787. O prazo remanescente de amortização do déficit é de 87 meses, terminando em 31 de março de 2030.

A evolução é a seguinte:

	2022			2021		
	A Conceder	Concedido	Total	A Conceder	Concedido	Total
Saldo no início do exercício	24.081	77.430	101.511	19.492	54.698	74.190
Correção monetária	1.410	4.547	5.957	2.061	5.794	7.855
Juros	1.180	3.805	4.985	973	2.736	3.709
Valores recebidos no exercício	(3.305)	(10.390)	(13.695)	(2.368)	(6.557)	(8.925)
Utilização do fundo de reversão	(268)	(835)	(1.103)	(296)	(809)	(1.105)
Revisão atuarial	4.163	23.366	27.529	4.219	21.568	25.787
Saldo no final do exercício	27.261	97.923	125.184	24.081	77.430	101.511

4.2.3. EQUACIONAMENTO DOS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA HIPÓTESE DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS - PACV

Teve por objetivo equacionar definitivamente os efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada "Crescimento Real de Benefícios" de -1,5% a.a. para 0% a.a. na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2006, em decorrência da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que proibiu a adoção de taxas negativas para as projeções de crescimento real dos benefícios do plano.

Foram realizados dois acordos judiciais, sendo o primeiro homologado em 7 de agosto de 2012, que contemplou os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENN (Base Campos), no valor de R\$ 4.529, e o segundo homologado em 29 de abril de 2013, contemplando os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), no valor de R\$ 14.326, respectivamente.

Desta forma, para cada acordo judicial foi celebrado um Contrato de Financiamento entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação. Foi efetivado o pagamento de prestação



única para os participantes assistidos à época e previsto, para os demais que optarem por renda vitalícia, o pagamento adicional de 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas, devidamente atualizadas pelo INPC e acrescidas da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial – DA. O saldo do contrato da base Campos foi liquidado integralmente em 31 de agosto de 2022. Para a base Niterói, o prazo remanescente de amortização é de 4 meses, tendo o seu término previsto para 30 de abril de 2023.

A evolução é a seguinte:

	2022			2021		
	Campos	Niterói	Total	Campos	Niterói	Total
Saldo no início do exercício	211	1.797	2.008	813	3.296	4.109
Correção monetária	8	88	96	65	291	356
Juros	4	60	64	31	139	170
Valores recebidos no exercício	(223)	(1.458)	(1.681)	(538)	(1.582)	(2.120)
Revisão atuarial	-	91	91	(160)	(347)	(507)
Saldo no final do exercício	-	578	578	211	1.797	2.008

4.3. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Evidencia o montante de recursos desembolsados para depósitos em juízo, em decorrência das ações judiciais direcionadas ao plano. As atualizações dos depósitos judiciais são contabilizadas por ocasião da emissão do alvará de levantamento em favor da Fundação.

Segue a movimentação dos depósitos judiciais de 2022:

Saldo inicial 31/12/2021	PCA				Atualização	Saldo final 31/12/2022
	Novos depósitos	Pagamentos	Reversão	Atualização		
43.851	29.275	(23.660)	(2.302)	91	47.255	

5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2022	2021
Contribuição taxa PGA	2	624
Despesas futuras	45	25
Adiantamento a empregados	16	3
Depósitos judiciais	76	39
Total realizável da gestão administrativa	139	691

6. INVESTIMENTOS

6.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A composição da carteira de investimentos, segregada por plano, está demonstrada nas tabelas abaixo:

	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								
Fundos de renda fixa								
Itaú Unibanco S.A.	6	-	-	6	5	-	-	5
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	1.382	-	-	1.382
BEM DTVM Ltda.	500.740	206.240	-	706.980	489.134	165.722	-	654.856
Total dos fundos em renda fixa	500.746	206.240	-	706.986	490.521	165.722	-	656.243
Fundos de ações								
INTRAG DTVM Ltda.	31.862	19.531	-	51.393	35.786	21.936	-	57.722
Sul América Investimentos DTVM S/A	41.446	25.514	-	66.960	48.577	29.903	-	78.480
BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	29.050	17.810	-	46.860	38.466	23.584	-	62.050
Total dos fundos em ações	102.358	62.855	-	165.213	122.829	75.423	-	198.252
Fundo Multimercado								
BEM DTVM Ltda.	3.024	78.784	8.510	90.318	26.878	71.594	6.287	104.759
Total do fundo Multimercado	3.024	78.784	8.510	90.318	26.878	71.594	6.287	104.759
Fundo Multimercado Estruturado								
BEM DTVM Ltda.	36.725	15.071	-	51.796	30.940	18.958	-	49.898
BTG PACTUAL Serviços Financeiros DTVM	80.536	24.425	-	104.961	72.978	34.994	-	107.972
Total dos fundos Multimercado Estruturado	117.261	39.496	-	156.757	103.918	53.952	-	157.870
Multiestatégia Fundo de Participações								
Caixa Econômica Federal	586	391	-	977	1.630	1.086	-	2.716
Total do fundo de participações	586	391	-	977	1.630	1.086	-	2.716



	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Sufixo Investimento no Exterior								
BB DTVM S.A.	52.232	37.255	-	89.487	67.592	48.208	-	115.800
Total dos fundos no Exterior	52.232	37.255	-	89.487	67.592	48.208	-	115.800
Fundos imobiliários								
Oliveira Trust DTVM S.A.	-	2	-	2	-	10	-	10
Total dos fundos imobiliários	-	2	-	2	-	10	-	10
Total dos fundos de investimentos	776.207	425.023	8.510	1.209.740	813.368	415.995	6.287	1.235.650

No primeiro semestre de 2022, houve resgate integral dos recursos alocados nos Fundos BAHIA MARAÚ FIC FIM, INDIE FIC FIA e EXPLORITAS ALPHA FIC FIM com realocação nos fundos IBIUNA HEDGE ST FP FIC FIM, segmento de investimento estruturado, ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIC FIA, segmento de investimento renda variável, e PANDHORA ESSENCIAL FIC FIM, segmento de investimento estruturado.

Com relação ao Fundo Investimentos em Participações Brasil Energia Renovável (FIP BER) administrado pela Caixa Econômica Federal, no encerramento de 2022, o gestor (Brasil Plural) e administrador realizaram avaliação a valor justo dos investimentos detidos pelo Fundo em conformidade com as normas contábeis brasileiras e com as Instruções CVM nº 578 e nº 579, registrando impacto negativo no valor econômico dos ativos, em função: (i) da quitação de acordos relacionados a dívidas do Fundo e de suas companhias investidas; (ii) das despesas com desinvestimento de valores mobiliários detidos pelo fundo; (iii) da remarcação de ativos e passivos do Fundo; e (iv) do pagamento das dívidas financeiras da holding não operacional. Dessa forma, o resultado negativo no valor da cota em 31 de dezembro de 2022 foi de aproximadamente 43%. Em 2021, o resultado negativo do impairment na cota havia sido de aproximadamente 47%. A carteira atual do fundo reflete o valor apurado no laudo de avaliação da investida Livramento Holding S.A. e o valor da companhia Ômega Energia S.A., o qual é composto majoritariamente por ações habilitadas para negociação da B3.

6.1.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A. Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA

	2022						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	167.300	-	289.273	456.573	465.943	58,82%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	167.300	-	289.273	456.573	465.943	58,82%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	167.300	-	289.273	456.573	465.943	58,82%
Títulos para negociação	316.609	1.376	85	1.564	319.634	319.634	41,18%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	17.360	1.376	85	1.564	20.385	20.385	2,63%
Debêntures	-	2	62	64	128	128	0,02%
Letras Financeiras	-	-	23	34	57	57	0,01%
CDB	-	44	-	-	44	44	0,01%
Títulos públicos federais	17.402	1.330	-	1.468	20.200	20.200	2,60%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	21	-	1.468	1.489	1.489	0,19%
Notas do Tesouro Nacional - NTN O	17.402	1.309	-	-	18.711	18.711	2,41%
Outros	(42)	-	-	(2)	(44)	(44)	(0,01%)
Fundos de investimentos não exclusivos	299.249	-	-	-	299.249	299.249	38,55%
Total	316.609	168.676	85	290.837	776.207	785.577	100,00%



	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	402.372	402.372	432.680	49,47%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	402.372	402.372	402.372	49,47%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	402.372	402.372	402.372	49,47%
Títulos para negociação	384.115	431	3.535	22.915	410.996	410.996	50,53%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	58.631	431	3.535	22.915	85.512	85.512	10,51%
Debêntures	-	-	29	1.492	1.521	1.521	0,19%
Letras Financeiras	-	-	3.782	158	3.940	3.940	0,48%
Títulos públicos federais	58.674	431	144	21.276	80.525	80.525	9,90%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	144	21.276	21.420	21.420	2,63%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT O	58.674	-	-	-	58.674	58.674	7,21%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	431	-	-	431	431	0,05%
Outros	(43)	-	(420)	(11)	(475)	475	(0,06%)
Fundos de investimentos não exclusivos	325.484	-	-	-	325.484	325.484	40,02%
Total	384.115	431	3.535	425.287	813.368	843.676	100,00%

No exercício de 2022, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento” foi majorada com a aquisição de novos títulos ao longo do exercício em observância ao estudo de ALM vigente. A Fundação declara a intenção de mantê-los até o vencimento, por possuir capacidade financeira para tal e, de acordo com os estudos técnicos de otimização de carteira e de ALM, evidencia-se a capacidade para manutenção desses ativos. No ano de 2021, a posição se manteve inalterada.

B. Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV

	2022						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	48.168	-	125.971	174.139	170.079	40,97%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	48.168	-	125.971	174.139	170.079	40,97%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	48.168	-	125.971	174.139	170.079	40,97%
Títulos para negociação	171.394	35.820	2.223	41.447	250.884	250.884	59,03%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	4.892	35.820	2.223	41.447	84.382	84.382	19,85%
Debêntures	-	46	1.614	1.665	3.325	3.325	0,78%
Letras Financeiras	-	-	609	885	1.494	1.494	0,35%
CDB	-	1.129	-	-	1.129	1.129	0,27%
Títulos públicos federais	4.926	34.645	-	38.939	78.510	78.510	18,47%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	550	-	38.939	39.489	39.489	9,29%
Notas do Tesouro Nacional - NTN O	4.926	34.095	-	-	39.021	39.021	9,18%
Outros	(34)	-	-	(42)	(76)	(76)	(0,02%)
Fundos de investimentos não exclusivos	166.502	-	-	-	166.502	166.502	39,17%
Total	171.394	83.988	2.223	167.418	425.023	420.963	100,00%



	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	129.986	129.986	135.041	31,25%
Títulos para negociação	213.790	1.148	9.416	61.655	286.009	286.009	68,75%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	6.982	1.148	9.416	61.655	79.201	79.201	19,04%
Debêntures	-	-	79	3.973	4.051	4.051	0,97%
Letras Financeiras	-	-	10.073	422	10.495	10.495	2,52%
Títulos públicos federais	7.003	1.148	384	57.290	65.825	65.825	15,82%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	384	57.290	57.674	57.674	13,86%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	1.148	-	-	1.148	1.148	0,28%
Notas do Tesouro Nacional - NTN O	7.003	-	-	-	7.003	7.003	1,68%
Outros	(21)	-	(1.119)	(30)	(1.170)	(1.170)	(0,28%)
Fundos de investimentos não exclusivos	206.808	-	-	-	206.808	206.808	49,71%
Total	213.790	1.148	9.416	191.641	415.995	421.050	100,00%

No exercício de 2022, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento” foi majorada com a aquisição de novos títulos ao longo do exercício em observância ao estudo de ALM vigente. A Fundação declara a intenção de mantê-los até o vencimento, por possuir capacidade financeira para tal e, de acordo com os estudos técnicos de otimização de carteira e de ALM, evidencia-se a capacidade para manutenção desses ativos. No ano de 2021, a posição se manteve inalterada.

C. Plano de Gestão Administrativa - PGA

	2022						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos para negociação	(1)	3.869	240	4.402	8.510	8.510	100,00%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	(1)	3.869	240	4.402	8.510	8.510	100,00%
Debêntures	-	5	174	180	359	359	4,22%
Letras Financeiras	-	-	66	96	162	162	1,90%
CDB	-	122	-	-	122	122	1,43%
Títulos públicos federais	-	3.742	-	4.131	7.873	7.873	92,51%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	59	-	4.131	4.190	4.190	49,24%
Notas do Tesouro Nacional - NTN O	-	3.683	-	-	3.683	3.683	43,28%
Outros	(1)	-	-	(5)	(6)	(6)	(0,07%)
Total	(1)	3.869	240	4.402	8.510	8.510	100,00%

	2021						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Títulos para negociação	(1)	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	(1)	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%
Debêntures	-	-	7	349	356	356	5,66%
Letras Financeiras	-	-	884	37	921	922	14,66%
Títulos públicos federais	-	101	34	4.977	5.112	5.112	81,30%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	34	4.977	5.011	5.011	79,69%
Letras do Tesouro Nacional - LTN O	-	-	-	-	101	101	1,60%
Outros	(1)	-	(98)	(3)	(102)	(102)	(1,61%)
Total	(1)	101	827	5.360	6.287	6.287	100,00%

O PGA é composto exclusivamente pelo fundo multimercado FUNBR, os ativos que compõe a sua carteira estão integralmente marcados a mercado.



6.2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da carteira de investimentos imobiliários alocados no PCA é a seguinte:

Imóvel	Valor reavaliado em 31/12/2021	Baixa na venda em 2022	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2022	Valor reavaliado em 31/12/2020	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2021
Niterói	98.400	-	(2.000)	96.400	91.730	6.670	98.400
Petrópolis	6.700	(140)	450	7.010	4.687	2.013	6.700
Magé - RJ	3.700	-	100	3.800	3.650	50	3.700
Total	108.800	(140)	(1.450)	107.210	100.067	8.733	108.800
Valores a receber	4	-	-	-	1	-	4
Total dos investimentos imobiliários	108.804						
Total do fundo de participações	586	391	-	977	1.630		1.086

Em setembro de 2022, os imóveis que compõem a carteira de investimentos imobiliários foram reavaliados com a redução do valor patrimonial global em R\$1.450. O resultado dessas reavaliações se encontra refletido nas demonstrações financeiras, baseando-se nos Laudos de Avaliação emitidos por perito independente - CBRE Consultoria do Brasil LTDA - CNPJ 51.718.575/0001-85, RNP 2605219160. Em 2021, os laudos haviam sido elaborados pela mesma empresa de consultoria.

No exercício de 2022, os imóveis integralmente vagos são Niterói e Magé. O imóvel de Niterói encontra-se com vacância integral desde janeiro de 2022.

Segue percentual de alocação dos imóveis em relação aos recursos garantidores:

Variação	Recursos garantidores	Investimento imobiliário	Percentual de alocação
Em 31 de dezembro de 2021	924.207	108.804	11,77
Em 31 de dezembro de 2022	933.436	107.210	11,49

O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, para o segmento é de 20% dos recursos do plano, sendo que as entidades não podem mais investir diretamente em imóveis, só sendo possível novo investimento através de fundos imobiliários, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI). Para as posições atuais, a lei estabelece um prazo para enquadramento, seja através da alienação ou da transferência para fundos imobiliários, de 12 anos, ou a duration do plano ou a necessidade de liquidez, o que for menor. No caso da Fundação, esse prazo é a duration atual do plano, que é de 8,01 anos. Dessa forma, e em cumprimento aos termos do Ofício nº 214/2018/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 17 de outubro de 2018, seguimos comunicando à PREVIC, através de Relatório Anual Circunstanciado, acerca das medidas

adotadas para alienação do estoque dos imóveis pertencentes à carteira. Registra-se que no exercício de 2022, concretizou-se a venda de uma loja comercial no imóvel de Petrópolis.

6.3. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Com a concessão dos empréstimos simples aos participantes, a composição da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários da Fundação é como se segue:

	2022			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Empréstimos	1.719	2.073	3.792	1.700	1.878	3.578
Saldo a vencer	1.719	1.988	3.707	1.696	1.796	3.492
Prestações a receber	-	127	127	5	118	123
Perdas Estimadas	-	(42)	(42)	(1)	(36)	(37)
Financiamentos imobiliários	-	-	-	1	-	1
Total de operações com participantes	1.719	2.073	3.792	1.701	1.878	3.579

O saldo residual da carteira de financiamento imobiliário foi quitado no decorrer do exercício de 2022.

6.4. PRECATÓRIOS

Com a concessão dos empréstimos simples aos participantes, a composição da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários da Fundação é como se segue:

	2022	2021
OFND	48.055	-
Prefeitura Petrópolis	308	290
Total precatório	48.363	290

6.4.1. PRECATÓRIO OFND

Em 1986, a União instituiu o Fundo Nacional do Desenvolvimento ("FND"), com uso de recursos de EFPCs que tinham por patrocinadores entidades da administração pública. A constituição de tal fundo foi viabilizada por força do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, que obrigava que as EFPCs aplicassem 30% de suas reservas técnicas nas OFND, com prazo de 10 anos e corrigidos pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional ("OTN").

Ocorre que, no contexto da alta inflação verificada nas décadas de 1980 e 1990 (e o consequente distanciamento entre a remuneração da OFND e a desvalorização monetária verificada em função do crescimento inflacionário), a Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, extinguiu a OTN e determinou que a atualização das OFNDs, a partir de fevereiro de 1989, se daria pelo Índice de Preços ao Consumidor ("IPC")³ – índice com ampla utilização na economia em tal momento.

No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) – responsável pela efetiva gestão do FND – comunicou em 4 de junho de 1990 às EFPCs que a atualização monetária das OFNDs deixaria de acompanhar a variação mensal do IPC, passando a ser utilizada a variação do valor nominal do Bônus do Tesouro Nacional (“BTN”).

Em 11 de outubro de 1991, a Associação Brasileira de Previdência Privada (“ABRAPP”) ingressou com ação ordinária contra a União, o BNDES e o FND, distribuída originalmente sob o nº 91.0123902-3 (atual nº 0123902-36.1991.4.02.5101), junto à 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para, dentre outros pedidos, obter em favor de suas representadas o refazimento do cálculo de atualização do valor das OFNDs, com a substituição do BTN pelo IPC, de abril de 1990 até fevereiro de 1991.

Após longo trâmite processual, já em sede recursal, o pleito apresentado pela ABRAPP foi julgado parcialmente procedente e a União foi condenada a efetuar a correção monetária das OFNDs pelo IPC de abril de 1990 até fevereiro de 1991 (“Decisão”).

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ajuizou ação coletiva de execução de sentença e apresentou a respectiva memória de cálculo do débito principal com vistas à liquidação da Decisão. Em tal ocasião, a União contestou a legitimidade da referida ação, o que, por seu turno, ensejou a extinção do referido procedimento.

Neste contexto, a PREVIC, por meio do Ofício nº 4.638/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, datado de 14 de outubro de 2011, orientou que as EFPCs não procedessem ao registro contábil do fato em tela, mas tão somente que fizessem constá-lo das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, com base no princípio da prudência previsto na legislação contábil.

Em função de tal desfecho, a ABRAPP passou a ajuizar, a partir de 2015, ações individuais (ou, conforme o caso, representando grupos menores de entidades associadas) para a liquidação da Decisão.

Após anos de disputa, deflagrada a liquidação do título executivo judicial, em 24 de março de 2022, a União, a ABRAPP e, dentre outras associadas, a Fundação, pactuaram os termos do acordo para extinção de diversos procedimentos de liquidação de sentença ainda em curso e estabelecimento de um consenso para quantificação do montante devido pela União em função da Decisão (“Acordo”), tendo tal Acordo sido subsequentemente homologado pela Justiça Federal.

Por meio do Acordo, as suas partes pactuaram que o valor do crédito nele determinado foi fixado com data-base de dezembro de 2021, passando a ser corrigido de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal até a efetiva expedição dos precatórios judiciais. A partir desta data, a correção passou a se dar pelos critérios da Justiça Federal aplicáveis aos precatórios.

Com isso, as partes deram total e irrevogável quitação quanto às ações judiciais em curso, renunciando aos direitos decorrentes dos mesmos fatos e fundamentos jurídicos que deram origem a estas demandas judiciais, bem como aos recursos e prazos recursais do processo, não podendo nada mais reclamar seja a que título for.

Subsequentemente, em outubro de 2022, foi expedida a requisição de pagamento nº 22510013857, nos autos do processo nº 5003685-29.2022.4.02.9388, pelo Juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em favor da Fundação, para pagamento à referida EFPC de sua cota-parte no Acordo (o “Precatório”).

Assim, o Precatório determinou que o montante a ser pago pela União à Fundação, em razão da dívida pública de natureza alimentícia: (i) deveria ser atualizado e remunerado (A) a partir da data base do cálculo informada na requisição de pagamento até dezembro de 2021, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (“IPCA-E”) e juros de poupança, quando assim determinado pelo juízo requisitante, conforme previsto na Resolução CNJ nº 448, de 25 de março de 2022; e (B) de dezembro de 2021 até abril de 2022, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“Selic”) incidente sobre o valor consolidado no período; e (ii) deveria ser atualizado monetariamente a partir de abril de 2022 até a efetiva liquidação do Precatório, pelo IPCA-E, ou por outro índice que vier a substituí-lo. O valor do Precatório é de R\$47.335, na data de sua emissão.

O plano de benefícios de afetação é o PCA. Importante registrar que o PCA era o único plano de benefícios administrado pela Fundação na época dos investimentos realizados que originaram o título judicial.

6.4.2. PRECATÓRIO PREFEITURA PETRÓPOLIS

O Precatório foi expedido em ação judicial que visava o recebimento de valores de aluguéis devidos pelo Município Petrópolis (precatório 2020.07343-3). O plano de benefícios de afetação é o PCA, titular do imóvel que fora objeto de locação. O precatório (principal) deve ser atualizado pelo IPCA-E (acumulado trimestral do IPCA-15) e os juros pela poupança conforme normativo aplicável.

6.5. RENTABILIDADES DOS INVESTIMENTOS

Segue composição da rentabilidade nos segmentos aplicados:

	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos							-	
Renda fixa	60.032	20.137	-	80.169	64.072	21.037	-	85.109
Ações	(20.471)	(12.568)	-	(33.039)	(18.033)	(11.053)	-	(29.086)
Multimercado	1.392	8.749	846	10.987	976	1.983	172	3.131
Multimercado Estruturado	13.343	7.470	-	20.813	1.874	877	-	2.751
Participações	(496)	(331)	-	(827)	(1.537)	(1.024)	-	(2.561)
Investimento no Exterior	(15.359)	(10.953)	-	(26.312)	16.363	11.670	-	28.033
Imobiliários	-	(7)	-	(7)	-	(14)	-	(14)
Despesas diretas	(355)	(192)	-	(547)	(281)	(172)	-	(453)
Total fundos de investimentos	38.086	12.305	846	51.237	63.434	23.304	172	86.910



	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Investimentos imobiliários	(3.664)	-	-	(3.664)	18.042	-	-	18.042
Empréstimos	304	286	-	590	207	227	-	434
Precatórios	48.072	-	-	48.072	25	-	-	25
Cobertura das despesas administrativas	(2.409)	(842)	-	(3.251)	(2.176)	(760)	-	(2.936)
Outros	(252)	(31)	(1)	(284)	(261)	(65)	(1)	(337)
Rentabilidade total	80.137	11.718	845	92.700	79.271	22.706	171	102.148

6.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação possuía, em seus fundos de investimentos exclusivos, operações no mercado de derivativos através de contratos de futuros e swaps registrados pelo valor de mercado. As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.). Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Fundação. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia.

A posição em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

i) Futuros

PCA							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2022 Valor de mercado	2021 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	30	89.410	-	2.682
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2023	3	93.816	281	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2024	9	81.273	-	732

PACV							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2022 Valor de mercado	2021 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	81	89.410	-	7.242
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2023	87	93.816	8.162	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2024	25	81.273	-	2.032

PACV							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2022 Valor de mercado	2021 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	7	89.410	-	626
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2023	9	93.816	844	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2024	2	81.273	-	162

ii) Swaps

PCA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2022	2021
29381	15/08/2022	IPCA	6,1000	CDI	0,0000	-	(363)
29383	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1200	3	22
29385	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1400	2	18
29386	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1500	2	18
29387	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8200	-	368
29388	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8600	-	28
29390	15/08/2022	IPCA	6,9800	CDI	0,0000	-	(317)
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	0,0000	(9)	(69)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	0,0000	-	(136)
						(2)	(431)

PACV							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2022	2021
29381	15/08/2022	IPCA	6,1000	CDI	0,0000	-	(966)
29383	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1200	74	58
29385	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1400	62	49
29386	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1500	63	49
29387	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8200	-	979
29388	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8600	-	75
29390	15/08/2022	IPCA	6,9800	CDI	0,0000	-	(844)
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	0,0000	(242)	(185)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	0,0000	-	(364)
						(43)	(1.149)

PGA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2022	2021
29381	15/08/2022	IPCA	6,1000	CDI	0,0000	-	(85)
29383	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1200	8	5
29385	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1400	7	4
29386	15/08/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1500	7	4
29387	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8200	-	86
29388	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8600	-	7
29390	15/08/2022	IPCA	6,9800	CDI	0,0000	-	(74)
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	0,0000	(26)	(16)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	0,0000	-	(32)
						(4)	(101)

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Repasse assistência médica e odontológica	555	50	-	605	1.243	117	-	1.360
Impostos a recolher	525	385	113	1.023	488	235	97	820
Repasse a sindicatos e associações	474	54	-	528	445	49	-	494
Fornecedores	101	13	249	363	604	2	236	842
Provisão de folha de pagamento	-	-	215	215	-	-	189	189
A recolher sobre folha de pagamento	-	-	128	128	-	-	161	161
Outros	125	9	-	134	111	9	-	120
Total do exigível operacional	1.780	511	705	2.996	2.891	412	683	3.986

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação está envolvida em diversas ações judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A composição do exigível contingencial está resumida a seguir:

	2022				2021			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Gestão previdencial	83.711	-	-	83.711	91.211	-	-	91.211
Gestão administrativa	-	-	126	126	-	-	52	52
Total dos processos	83.711	-	126	83.837	91.211	-	52	91.263

8.1. PASSIVOS CONTINGENTES

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhado a seguir:

8.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, vinculados em sua maioria ao PCA e que estão pleiteando:

- (A) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração.
- (B) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista em face da patrocinadora.
- (C) Nulidade da migração do PCA para o PACV, em abril de 1999.
- (D) Perdas decorrentes da conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994).
- (E) Diferença de índice de reajuste.
- (F) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança - expurgo inflacionário (março de 1990 a março de 1991 - IPC/BTN).
- (G) Resgate da contribuição patronal.

Os processos são atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescendo-se juros de mora de 1% ao mês, calculados sobre os valores corrigidos.

Em 31 de dezembro de 2022 não havia processo judicial com probabilidade de perda possível.

8.1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Existem provisões constituídas para cobertura de condenação em reclamações trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2022 não havia processo judicial com probabilidade de perda possível.

8.1.3. MOVIMENTAÇÃO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A movimentação do exigível contingencial no ano de 2022 está resumida a seguir:

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
91.211	13.841	(23.660)	(7.186)	9.505	83.711

PGA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
52	69	-	(6)	11	126

A movimentação decorre da rotina normal de registro de pagamentos, reversões ou constituição de novas provisões para processos, de acordo com a classificação atual da demanda e que é reflexo, principalmente, do seu estágio processual. As baixas podem decorrer do pagamento efetivo da condenação ou da alteração do resultado da demanda. Podem, ainda, ser reflexo de revisão dos valores apurados em sede de execução em razão de fatos novos.

9. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

A) Provisões matemáticas

As Provisões Matemáticas de 2022 foram calculadas pelo atuário responsável pelos planos, Mercer Human Resource Consulting Ltda, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais do mercado. As Provisões Matemáticas calculadas foram:

i) Benefícios concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/ dependentes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadoria e pensão.

ii) Benefícios a conceder

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/ dependentes que ainda não são elegíveis ou não solicitaram os benefícios a que fazem jus, estimados a partir da expectativa do prazo de permanência dos participantes.

iii) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições de responsabilidade da patrocinadora sem contrato firmado, destinadas à cobertura do déficit técnico.

9.1. RESULTADO PCA

Em 2022 foi apurado um resultado deficitário no valor de R\$51.626. De acordo com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não haverá necessidade de equacionamento obrigatório do déficit até o final do exercício subsequente, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2022
(A) Provisões Matemáticas	940.720
(B) Patrimônio de Cobertura do Plano	889.094
(C) Equilíbrio Técnico (B – A)	(51.626)
(D) Duration (anos)	8.0067
(E) Ajuste de Precificação	46.773
(F) Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) (C + E)	(4.853)
(G) Margem legal: 1% x (D -4) * A	37.692
(H) Valor a ser equacionado (F – G) > 0	-

Em 2021, o resultado deficitário, no valor de R\$46.214, foi incorporado ao saldo do contrato de dívida e integralmente quitado em março de 2022.

9.2. RESULTADO PACV

No exercício de 2022 foi apurado o resultado negativo de R\$28.263 (em 2021 foi de R\$26.439), rateado entre as patrocinadoras considerando a proporção da provisão matemática do Benefício Definido do Plano referente aos Benefícios Concedidos e aos Saldos com Garantia de Renda Vitalícia dos Benefícios a Conceder, vinculadas a cada uma delas, conforme abaixo:

- Patrocinadora Ampla: o valor de R\$27.529 foi acrescido ao Contrato de Confissão de Dívida – Déficit Equacionado, registrado no Ativo do Plano (vide nota 4.2.2). Em 2021, o valor incorporado foi de R\$25.787.
- Patrocinadora Enel: o valor de R\$361 foi amortizado com recursos do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar a ela vinculado, no valor de R\$98 sendo o saldo restante de R\$263 incorporado à conta de Provisão Matemática a Constituir com provisão de equacionamento integral ao longo do exercício de 2023. Em 2021, o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi utilizado na amortização integral do resultado deficitário referente ao exercício, no montante de R\$302.
- Patrocinadora Brasiletros: o valor de R\$373 foi integralmente incorporado à conta de da Provisão Matemática a Constituir. Em 2021, o valor incorporado foi de R\$351.

O equacionamento do déficit da Brasiletros é efetuado por contribuições extraordinárias calculadas sobre a folha de salário mensal dos participantes, conforme taxa definida anualmente pelo atuário do plano, e pela utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e da Patrocinadora.

A parte relativa aos benefícios a conceder de responsabilidade da patrocinadora, no valor de R\$249, foi objeto de Plano de Equacionamento do Déficit no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente e possui cláusula de revisão atuarial, em que o saldo devedor é revisto ao final de cada ano. O saldo é devidamente atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA. A parcela do déficit proveniente dos benefícios concedidos é quitada em parcela única, conforme o disposto no Plano de Equacionamento do Déficit.

O prazo remanescente de amortização do déficit é de 87 meses, terminando em 31 de março de 2030.

A evolução da dívida da Brasiletros é a seguinte:



	2022			2021		
	A Conceder	Concedido	TOTAL	A Conceder	Concedido	TOTAL
Saldo no início do exercício	142	328	470	114	143	257
Correção monetária	9	2	11	12	2	14
Juros	7	1	8	5	1	6
Valores recebidos no exercício	-	(331)	(331)	(1)	(146)	(147)
Utilização do fundo de reversão	(21)	-	(21)	(11)	-	(11)
Revisão atuarial	26	347	373	23	328	351
Saldo no final do exercício	163	347	510	142	328	470

10. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais em 2022 e 2021, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

DESCRIÇÃO	2022	2021
Situação do plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de desativação	08/01/1999	08/01/1999
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	4,73% a.a.	4,98% a.a.
Crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	1	1
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,985	0,985
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado	Agregado

Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA

DESCRIÇÃO	2022	2021
Situação do plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	4,83% a.a.	5,0% a.a.
Crescimento real de salário	1% a.a.	1% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,985	0,985
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,985	0,985
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	4,99% a.a.	4,99% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americano	Grupo Americano
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado/Capitalização Financeira	Agregado/Capitalização Financeira

Em 30 de novembro de 2022, foram aprovadas as premissas financeiras e biométricas acima relacionadas para determinação das Provisões Matemáticas posicionadas em 31 de dezembro de 2022. Tais premissas foram definidas com base nos resultados apresentados no Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses Atuariais e Financeiras, elaborado pelo atuário responsável, Mercer Human Resource Consulting Ltda, nos termos da Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

No PCA, a alteração da taxa anual de juros resultou no aumento de R\$15.876 (1,74%) nas Provisões Matemáticas de Benefício Definido do plano. No PACV, o aumento foi de R\$5.037 (1,63%).

11. FUNDOS

	2022			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Previdenciais	4.703	2.822	7.525	6.491	2.148	8.639
Reversão de saldo por exigência regulamentar	-	798	798	-	126	126
Cobertura de demandas judiciais	4.703	-	4.703	6.491	-	6.491
Cobertura de conta coletiva de risco	-	2.024	2.024	-	2.022	2.022
Administrativo						
Fundo da gestão administrativa	4.643	3.390	8.033	4.234	2.266	6.500
Investimentos	1.543	302	1.845	1.366	284	1.650
Empréstimo pessoal	1.543	302	1.845	1.365	284	1.649
Financiamento imobiliário	-	-	-	1	-	1
Total dos fundos	10.889	6.514	17.403	12.091	4.698	16.789

11.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Fundo previdencial de reversão de saldo por exigência regulamentar do PACV - constituído pelas parcelas do Saldo de Conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado e, atualmente, é utilizado para amortização das contribuições extraordinárias, e para pagamento das contribuições normais de responsabilidade Patrocinadora Enel.

Fundo para cobertura de demandas judiciais - constituído em 2012 no PCA, com o objetivo de compensar o acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos, em decorrência de decisões judiciais, que determinaram a revisão do reajuste aplicado aos benefícios mensais quando da conversão do cruzeiro real para real. Esse fundo é recalculado anualmente pelo atuário responsável.

Fundo de cobertura da conta coletiva de risco - constituído no PACV, no ano de 2014, com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. Esse fundo é incrementado com os ganhos e perdas atuariais e é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado.

11.2. FUNDOS ADMINISTRATIVOS

Fundo Administrativo - constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas mantido o saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se à cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

11.3. FUNDO INVESTIMENTO - EMPRÉSTIMOS

Fundo de Investimentos (empréstimo simples) - constituído pelos prêmios descontados sobre os valores concedidos de empréstimo. Foi criado com a finalidade de garantir a quitação do saldo devedor de empréstimo em caso de falecimento do mutuário e é atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA. O fundo foi reavaliado em 2021 pelo atuário dos planos, Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, e não apresentou riscos de insolvência e liquidez.

Fundo de Investimentos (financiamento imobiliário) - constituído para garantir a quitação dos empréstimos concedidos aos participantes nessa modalidade. O saldo da carteira de financiamento imobiliário foi quitado no decorrer do exercício de 2022 e o fundo foi revertido para o resultado do plano.

12. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

12.1. RECEITA PARA ADMINISTRAÇÃO DO PGA

É formada pela contribuição das patrocinadoras, pela transferência dos investimentos dos planos de benefícios conforme orçamento anual, pela rentabilidade dos investimentos do próprio PGA e outros. A contribuição da patrocinadora e o valor do investimento dos planos de benefícios são transferidos mensalmente para o PGA.

	2022			2021		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição taxa da patrocinadora	2.367	2.487	4.854	2.539	1.569	4.108
Transferido do investimento	2.409	842	3.251	2.176	760	2.936
Resultado positivo dos investimentos do PGA	541	304	845	101	70	171
Outras receitas	3	2	5	-	-	-
Total da receita	5.320	3.635	8.955	4.816	2.399	7.215

12.2. DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

	2022	2021
Diretoria (a)	570	522
Empregados	3.140	3.156
	3.710	3.678

(a) Sem encargos e benefícios - R\$467 em 2022 (R\$399 em 2021)



12.3. SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2022	2021
Tecnologia da informação	996	884
Consultoria jurídica	761	705
Consultoria atuarial	158	138
Auditoria contábil	80	81
Gestão de planejamento estratégico	57	63
Recursos humanos	39	34
Consultoria de investimentos	65	20
Outras	100	112
Total serviços de terceiros	2.256	2.037

13. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 4 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 30 de dezembro de 2022 do PCA resultou em um valor positivo de R\$46.773 (em 2021 foi R\$40.127), conforme demonstrativo a seguir do ajuste de precificação dos títulos públicos federais, para fins de equacionamento de déficit técnico, conforme nota 9.1.

2022					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	167.300	168.263	963
NTN-B	15/08/2024	3.940	15.791	16.391	600
NTN-B	15/08/2028	3.584	14.928	15.507	579
NTN-B	15/08/2030	10.955	44.413	48.212	3.799
NTN-B	15/08/2032	2.788	11.698	12.450	752
NTN-B	15/05/2035	31.404	122.431	141.020	18.589
NTN-B	15/08/2040	15.386	58.093	71.979	13.886
NTN-B	15/05/2045	3.605	12.375	16.994	4.619
NTN-B	15/08/2050	2.331	8.505	11.316	2.811
NTN-B	15/05/2055	250	1.039	1.214	175
Total			456.573	503.346	46.773

2021					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTNTN-B	15/05/2023	41.613	157.601	160.427	2.827
NTNTN-B	15/08/2024	3.940	14.771	15.572	801
NTNTN-B	15/08/2030	10.955	41.955	45.191	3.236
NTNTN-B	15/05/2035	31.404	115.554	131.101	15.547
NTNTN-B	15/08/2040	15.386	54.791	66.469	11.678
NTNTN-B	15/05/2045	3.605	11.663	15.610	3.947
NTNTN-B	15/08/2050	1.830	6.037	8.128	2.091
Total			402.372	442.498	40.127

Em relação ao resultado positivo do ajuste de precificação, e considerando a existência do Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla, foi lançado em Operações contratadas que compõe o "Recebível previdencial" e refletido no saldo devedor do contrato o déficit técnico contábil do exercício (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 4.2.1).

Com relação ao PACV, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 30 de dezembro de 2022 resultou em um valor positivo de R\$13.655 (em 2021 foi R\$8.305) conforme demonstrativo a seguir:

2022					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	11.975	48.168	48.405	237
NTN-B	15/08/2032	470	1.956	2.084	128
NTN-B	15/05/2035	3.000	11.983	13.356	1.373
NTN-B	15/05/2045	18.615	76.507	86.520	10.013
NTN-B	15/08/2050	846	3.544	4.050	506
NTN-B	15/05/2055	1.632	6.762	7.803	1.041
NTN-B	15/08/2060	522	2.193	2.550	357
Total			151.113	164.768	13.655

2022					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	11.975	45.437	46.155	718
NTN-B	15/05/2035	3.000	11.324	12.501	1.177
NTN-B	15/05/2045	13.970	53.928	60.338	6.410
Total	Total		110.688	118.994	8.305



Em relação ao resultado positivo do ajuste de precificação, e considerando a existência do Contrato de Equacionamento de Déficit, o déficit relacionado aos participantes e assistidos da patrocinadora Ampla, foi lançado em Operações contratadas que compõe o “Recebível previdencial” e refletido no saldo devedor do Contrato (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 4.2.2). O déficit referente aos participantes e assistidos oriundos da Brasiletros e da Enel Brasil S.A. foi registrado na Provisão Matemática a Constituir por ajustes das contribuições extraordinárias (vide item 9.2).

14. EVENTO SUBSEQUENTE

14.1. EVENTO LOJAS AMERICANAS S.A.

Em onze de janeiro de 2023 foi publicado Fato Relevante pela empresa Americanas S.A., no qual divulga que, em análise preliminar, foram “detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022.” A alocação dos investimentos dos planos nesse ativo, por meio de fundos de investimentos, é a seguinte: 0,14% no PCA e 0,23% no PACV. Registra-se que não havia exposição no Plano de Gestão Administrativa – PGA. Em 31 de janeiro de 2023 a exposição indireta dos planos em ativos da Americanas S.A. era de 0,01% e 0,02% dos Recursos Garantidores dos planos PCA e PACV, respectivamente.

14.2. IMPLANTAÇÃO RESOLUÇÃO PREVIC Nº 18 – CAPÍTULO IV DAS PROVISÕES PARA PERDAS

Com relação a aplicabilidade da Resolução PREVIC nº 18, de 22 de dezembro de 2022, que dispõe sobre análise de risco de crédito, registramos que não houve impacto financeiro no resultado dos planos em janeiro de 2023, tendo em vista que está atrelada à carteira de empréstimo do PACV. O saldo total das perdas estimadas de empréstimo está 100% provisionada no exercício de 2022 (com inadimplência superior a cinco anos) e é objeto de cobrança judicial.

15. RESPONSÁVEIS

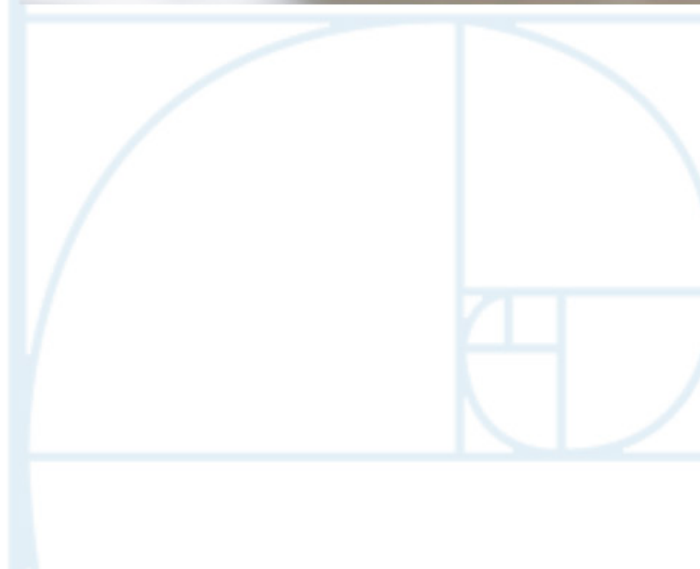
David Augusto de Abreu
Diretor Presidente
CPF: 010.618.617-59

Leonardo Dias Baptista Gomes
Diretor de Investimentos,
Administração e Finanças
CPF: 302.867.998-12

Luis Carlos Salles Cota
Diretor de Seguridade
CPF: 112.748.788-45

Muci Girgi Germain
Diretor Jurídico
CPF: 072.175.007-96

Andréa de Souza Barreto
Contadora - CRC-
RJ095.267/O-8
CPF: 095.108.274-71





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, às Patrocinadoras e aos Participantes da
FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL -BRASILETROS
Rio de Janeiro -RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021) em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASES

PRECATÓRIO OFND

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.4.1, em outubro de 2022, foi expedida a requisição de pagamento nº 22510013857, nos autos do processo nº 5003685-29.2022.4.02.9388, pelo Juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em favor da Fundação, para pagamento à referida EFPC de sua cota-parte no Acordo (o "Precatório"). Desta forma, o Precatório determinou que o montante a ser pago pela União à Fundação, em razão da dívida pública de natureza alimentícia: (i) deveria ser atualizado e remunerado (A) a partir da data-base do cálculo informada na requisição de pagamento até dezembro de 2021, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E") e juros de poupança, quando assim determinado pelo juízo requisitante, conforme previsto na Resolução CNJ nº 448, de 25 de março de 2022; e (B) de dezembro de 2021 até abril de 2022, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic") incidente sobre o valor consolidado no período; e (ii) deveria ser atualizado monetariamente a partir de abril de 2022 até a efetiva liquidação do Precatório, pelo IPCA-E, ou por outro índice que vier a substituí-lo. O valor do Precatório é de R\$ 47.335, na data de sua emissão. O saldo atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 48.055. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme descrito na nota explicativa nº 14.1, em 11 de janeiro de 2023 foi publicado Fato Relevante pela empresa Americanas S.A., que divulga que, em análise preliminar, foram "detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022." A alocação dos investimentos dos planos nesse ativo, por meio de fundos de investimentos, é a seguinte: 0, 14% no PCA e 0,23% no PACV. Registra-se que não havia exposição no Plano de Gestão Administrativa - PGA. Em 31 de janeiro de 2023 a exposição indireta dos planos em ativos da Americanas S.A. era de 0,01 % e 0,02% dos Recursos Garantidores dos planos PCA e PACV, respectivamente. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.



RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade, planos individuais ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 9 de março de 2023.

**RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SP**

**Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/0-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico**



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, nos termos do artigo 18, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, da Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA, das respectivas notas explicativas e dos pareceres favoráveis emitidos pela auditoria realizada pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., datado de 09 de março de 2023, e pelo Conselho Fiscal, datado de 22 de março de 2023, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2022, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 24 de março de 2023.

Anderson Luiz Tostes dos Santos
Alexandre Pinto de Brito Oliveira
Elaine Regina Rangel
Luzia Brandão Marinho Bartolette
Maurício Szwarc

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL – BRASILETROS, nos termos do artigo 39, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada) – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) - DPGA, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA e respectivas notas explicativas e do parecer favorável emitido pela auditoria realizada pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S.S., datado de 09 de março de 2023, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2022, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 22 de março de 2023.

Leandro Oliveira Cordeiro
José Carlos Pacheco



CRÉDITOS

Coordenação Geral

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros

Produção de texto, diagramação e revisão

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros

Projeto Gráfico Editorial

Juliana Bittencourt Santiago Vieira

Fotografias - Banco de Imagens: Adobe Stock

FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS

Avenida Roberto Silveira, 488 -13º andar - Icaraí, Niterói - RJ

brasiletros@brasiletros.com.br

www.brasiletros.com.br

(21) 2707-5550